



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCELO MELO FERREIRA AMARAL

A COLINA DOS MÁRTIRES:

A Vala de Perus e a perturbação cultural, política e social da morte.

BRASÍLIA

2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCELO MELO FERREIRA AMARAL

A COLINA DOS MÁRTIRES:

A Vala de Perus e a perturbação cultural, política e social da morte.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção de grau de
licenciatura em História

Orientador (a): Prof. Dr. Mateus Gamba
Torres

BRASÍLIA

2025

MARCELO MELO FERREIRA AMARAL

A COLINA DOS MÁRTIRES:

A Vala de Perus e a perturbação cultural, política e social da morte.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção de grau de
licenciatura em História

Orientador (a): Prof. Dr. Mateus Gamba
Torres

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres – orientador
HIS/PPGHIS - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria
HIS/PPGHIS – Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Otávio Nogueira Guimarães
HIS/PPGHIS – Universidade de Brasília

Agradecimentos

Aos meus pais, que apoiaram todos os meus sonhos, seja com o próprio esforço ou a presença constante. Obrigado pelo amor, dedicação e por me ensinarem que coisas que construímos com empenho atravessam o tempo. Agradeço por terem guiado muitos passos meus em tempos que eu não sabia andar e sequer entendia o que era o mundo. Hoje eu sei andar, e enquanto aqui eu existir serei sempre um pedacinho de vocês caminhando por aí

Às minhas irmãs, Fernanda e Luísa, por tudo que foram, são e serão para mim. Obrigado por todo o amor, incentivo e fraternidade incondicional que sempre foram ponto de apoio. Tenho orgulho de vocês e espero que este trabalho também seja reflexo da alegria que me acende em ver vocês vivendo com coragem e cuidado, coisas que vocês sempre me ensinaram.

Às amizades que fiz no Departamento de História e que sempre me encheram de alegrias e aconchegos dentro e fora da universidade. Para Alice, Anna Clara, Bruno, Carol, Choucair, Daniel e Maria Clara: encerro esse ciclo com plena consciência do suporte que foram para mim durante esse tempo. Se por sermos historiadores somos apaixonados pelas transformações que a vida traz, fico orgulhoso e ansioso por tudo que assisti e assistirei vocês se tornarem. Esse trabalho é fruto dos horizontes que vocês me dão. Que seja de longa duração.

Às amizades de outros tempos e lugares que atravessam circunstâncias tão diferentes comigo e me enchem de amor e felicidade. Um beijo mais que especial para Júlia e Ruth, mesmo com o tempo e distância se alargando jamais me falta gratidão, amor e orgulho de quem vocês são. O mesmo para o Vítor que, nos últimos quinze anos, testemunhou, sobreviveu e, sem virar o rosto, observou cada versão de mim que fui ou tentei ser. Sou seguro de que não falta ponto de afeto entre nós.

Ao meu orientador, Mateus Gamba, pela generosidade e acolhimento desde o princípio. Agradeço por todas as reuniões e conversas em que me deu um norte e, depois de tanto tempo, me ajudou a ter ânimo no ofício de historiador. Te admiro como pessoa e como docente.

*“Mais cedo ou mais tarde os mortos brotam
da terra”*

- Luís Fernando Veríssimo

Resumo

A presente monografia analisa a perturbação cultural, política e social da morte a partir dos casos de desaparecimento forçada durante a ditadura militar brasileira. O trabalho utiliza como pano de fundo a descoberta da vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo, e evidencia como o Estado produziu mecanismos de ocultação sistemática dos cadáveres. A partir do conceito de “necropolítica”, de Achille Mbembe, e dos estudos voltados à História da Morte, a pesquisa discute como o controle dos corpos e da memória opera como instrumento de poder, produção de silêncio, apagamento de identidades e interdição dos processos de luto dos familiares. Ao articular testemunhos, reportagens e reflexão historiográfica, busca-se compreender a maneira como o terrorismo de Estado ultrapassou a morte física e incidiu o campo simbólico, prolongando assim o trauma por meio da negação, impunidade e supressão da memória coletiva.

Palavras-chave: Desaparição Forçada; Ditadura Militar; Morte; Terrorismo de Estado; Vala de Perus

Abstract

The following monograph analyzes the cultural, political, and social disruption of death based on cases of enforced disappearance during the Brazilian military dictatorship. The work uses as its backdrop the discovery of the clandestine mass grave in the Dom Bosco Cemetery, in the Perus neighborhood of São Paulo, and highlights how the State produced mechanisms for the systematic concealment of corpses. Using Achille Mbembe's concept of "necropolitics" and studies focused on the History of Death, the research discusses how the control of bodies and memory operates as an instrument of power, producing silence, erasing identities, and prohibiting the grieving processes of families. By articulating testimonies, news reports, and historiographical reflection, it seeks to understand how state terrorism transcended physical death and impacted the symbolic field, thus prolonging the trauma through denial, impunity, and the suppression of collective memory.

Keywords: Enforced Disappearance; Military Dictatorship; Death; State Terrorism; Perus Mass Grave

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1. O RITO NEGADO	16
1.1 A célula dos indigentes	16
1.2 Mediações inegociáveis	23
CAPÍTULO 2. LITÍGIO E AUSÊNCIA	31
2.1 A falta como controle narrativo	32
2.2 A falta como insurgência	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, a historiografia experimentou diversas transformações em seu caráter elementar e metodológico a partir das reformulações da Escola dos Annales. Essa expansão e compreensão do campo da História parte da interdisciplinaridade e elaboração de outras dimensões interpretativas, afastando-se assim da hegemonia da História Política, suas estruturas analíticas socioeconômicas e reestruturando o estatuto e a natureza documental ¹. Nesse contexto, o desenvolvimento da História Cultural ganhou espaço em múltiplos desses espectros historiográficos, e, em debate com outros intelectuais, Roger Chartier remonta nesse horizonte a concepção desse campo como ferramenta capaz de identificar a maneira em que determinada realidade social é construída em diferentes tempos e lugares ².

A partir da abordagem de Chartier, a História Cultural apresenta a relevância dessas práticas simbólicas e construções de sentido operadas por diferentes grupos sociais e espaços. Dentre essas novas percepções e abordagens em variados domínios, a História da Morte também se aprimora nessa dinâmica ³, revelando-se não apenas como um fenômeno biológico, mas como um processo simbólico profundamente estruturado a partir de ritos, práticas funerárias e institucionalizações médicas e jurídicas as quais tornam a morte mais legível em cada temporalidade e sociedade vigente.

Phillipe Ariés estrutura o “morrer” como fenômeno oculto da sociedade moderna em contraponto com a perspectiva de um processo familiar, cotidiano e indiferente nas sociedades antepassadas ⁴. Nesse sentido, a morte, com lentas transições percebidas culturalmente pelos indivíduos, já não é mais tratada de maneira próxima como antes. Atualmente, a morte amedronta e afasta a população, e, dessa forma, esse fenômeno sofreu alterações na perspectiva em que é tratado na esfera cotidiana. Na contemporaneidade, o morrer é silencioso, contido e tratado por diversos “atores de ação”, sendo assim ocultado da sociedade por diversas mediações ⁵.

Historicizar a finitude da vida e seus aspectos representativos são fundamentais e indissociáveis das sociedades ao longo da História, relevando dinâmicas entre ser humano, mundo e tempo. O morrer como fenômeno carrega camadas de subjetividade individual ao

¹ CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. P. 63

² *Ibidem*. P. 17

³ *Ibidem*. P. 14

⁴ ARIÉS, Philippe. História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 40

⁵ MATTEDI, Marcos Antonio; PEREIRA, Ana Paula. “Vivendo com a Morte: o Processamento do Morrer na Sociedade Moderna”. Caderno CRH, v. 20, p. 319-330, 2007. P. 320

passo que engloba filosofias e práticas coletivas, moldando assim o singular e plural em múltiplas camadas da esfera cultural, econômica, política, religiosa e social. O historiador Fernando Cartroga aborda a construção desses significados caracterizadores da morte como objeto de estudo valioso e, na perspectiva histórica, indissolúvel do setor social:

Não há uma sociedade sem ritos, aqui entendidos como condutas corporais mais ou menos estereotipadas, às vezes codificadas e institucionalizadas, que exigem um "tempo", um "espaço cênico" e um certo tipo de atores: Deus (ou os Antepassados), os oficiantes e os fiéis participantes do espetáculo [...] os ritos funerários – comportamentos complexos que espelham os afetos mais profundos e supostamente guiam o defunto no seu destino post-mortem – têm como objetivo fundamental superar o trauma e o caos que toda a morte provoca nos sobreviventes ⁶.

Nesse sentido, assim surge o diálogo entre a Ditadura Militar brasileira e sua leitura a partir da perspectiva da História da Morte. Durante os anos de 1964 e 1985, uma das facetas mais perversas da Guerra Fria era consolidada no contexto sócio-político brasileiro. O golpe militar, instaurado e apoiado por múltiplos setores da sociedade, foi resultado de questões políticas internas e externas complexas. Dessa forma, os militares e seus apoiadores visavam restaurar a estabilidade política do Brasil a partir da retirada de João Goulart do poder, visto que as ações políticas do presidente eram constantemente interpretadas como o avanço dos comunistas, criando, assim, instabilidade política com os partidos de oposição e com os blocos capitalistas na esfera de influência geopolítica ⁷.

Com a ascensão dos militares ao poder, o governo dispôs de uma variedade de artifícios em prol da manutenção do autoritarismo e do silenciamento de grupos considerados ameaçadores para o funcionamento da nação brasileira. Nesse ponto, a outorga dos Atos-institucionais exemplifica a tentativa de incrementar caráter legal ao governo, ao passo que apresentavam políticas cada vez mais sombrias no que diz respeito à repressão. A perseguição aos opositores e às instituições civis se fez presente por todo o período, por vezes mais ou menos agressivo, mas essencialmente sufocante e proporcionando um controle da sociedade pelas vias da violência.

Para além do controle psicológico gerado pelo medo coletivo, o Estado brasileiro silenciou oposições, aniquilou grupos marginalizados, tomou controle da narrativa histórica, desumanizou e condenou a memória das vítimas a partir do trauma coletivo ⁸. Assim, foram utilizadas múltiplas formas de controle social tradicionais em governos ditatoriais como:

⁶ CATROGA, Fernando. "Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos", *Mímesis*, Barú, v. 23, n. 2, pp. 12-47, 2002. P.15

⁷ NAPOLITANO, Marcos. *1964 - História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. P. 13

⁸ *Ibidem*. P. 151

propaganda, censura, educação moral e cívica nas escolas, tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados típico de governos ditatoriais ⁹.

No que diz respeito à morte em diálogo ao Estado, Achille Mbembe constrói a partir da crítica aos conceitos de “biopolítica” e “biopoder”, discorridos por Michel Foucault, a noção de “necropolítica”. Foucault denomina a biopolítica como a força que regula grandes populações ou conjunto dos indivíduos, diferenciando-se das práticas disciplinares utilizadas na Antiguidade e Idade Média que governavam apenas um indivíduo. Já o biopoder é constituído como dispositivo e tecnologia de poder que administra e controla populações por meio de técnicas, conhecimentos e instituições. O biopoder se ocupa de questões como: a saúde, alimentação, sexualidade e costumes à medida que essas se tornam preocupações políticas. Nessa lógica, os instrumentos do biopoder, como a biologia e economia, se tornaram ao longo dos anos fundamentais para fornecer dados e políticas sobre endemias, natalidade, seguridade social, etc. Sendo esse o raciocínio do filósofo francês para exemplificar a mudança das relações e dos discursos como fundamentais para a reestruturação do poder na sociedade moderna ao longo da História ¹⁰.

Sob essa ótica do discurso como instrumento de poder, Mbembe constrói sua crítica na obra "Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte". O pensador aponta que os conceitos foucaultianos são insuficientes para compreender relações de perseguições contemporâneas. Assim, a soberania e o estado de exceção integram esse conceito ao manifestar o poder de ditar quem vive e morre dentro de uma sociedade, especialmente a partir do enfoque referente às ocupações coloniais e escravidão em estados de exceção onde o racismo é o princípio organizador e instrumental da morte ¹¹.

Nesse contexto, o presente trabalho dialoga com a teoria de Mbembe a partir da lógica do terrorismo de Estado e o controle sobre a mortalidade da população. Compreende-se que tal aproximação não pretende universalizar a categoria de *necropolítica* visto as questões raciais dispostas, contudo serve de auxílio como chave analítica para abordar o empenho da ditadura militar brasileira em produzir zonas de silêncio, apagamentos e não-existências, transformando a morte em instrumento de poder e esquecimento.

⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 - 1984)*. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

¹⁰ HISTÓRIA ALTERNATIVA: Necropolítica por Achille Mbembe. Locução: Júlia Borges. Spotify: 11 nov. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3FFYpX0iYQbHwYOwYey9Ik?si=e5d7da6e31a24826>. Acesso em: 1 nov. 2025.

¹¹ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção e Política da Morte*. São Paulo: N-1edições, 2018.

Apresentadas essas concepções, o diálogo entre a morte e necropolítica no Brasil se deu gradualmente, atingindo o pico da repressão a partir da aprovação do Ato Institucional nº 5, em 1968. A ação política ocorreu como resposta à reorganização combativa da oposição, por sua vez provocada pela radicalização da repressão, e proporcionou um novo capítulo nas táticas de perseguição ¹². A suspensão de direitos políticos dos cidadãos, cassação de mandatos e endurecimento da censura ¹³ abriram novos parâmetros de violência contra opositores políticos. Nesse sentido, o período que sucede o AI-5, especialmente a primeira metade dos anos 1970, caracteriza-se pelo aumento da caça institucionalizada à esquerda, radicalizada ou não, a partir de táticas de tortura e desenvolvimento da desapareição forçada.

Em primeira instância o governo forjava acidentes e fugas para justificar as mortes causadas pela tortura. Contudo, a partir de 1971 a desapareição forçada se consagra como método sólido de repressão. A prática viabilizava a ausência de responsabilidade do Estado acerca de informações legais acerca do opositor político desaparecido, visto que, nessas condições, o indivíduo não se encontra nem preso e nem morto, estreando assim um *status* jurídico conflituoso que perduraria anos após o fim do autoritarismo. Para além do desaparecimento dos corpos, o sistema também se organizava em despistar as famílias por meio da contrainformação, fornecendo pistas ou informações falsas e confundindo os entes das vítimas na burocracia do sistema ¹⁴.

A partir dessas circunstâncias, o estatuto do desaparecido político é compreendido como o indivíduo que, por ação do Estado ou instituições a ele ligado, é preso, detido ou sequestrado, tendo o seu paradeiro ainda desconhecido ¹⁵. O desaparecimento forçado tem efeito considerável para a contenção de grupos opositores e difusão de seus ideais de oposição, impedindo que a vítima e seus entes tenham acesso à justiça no que tange ao ocorrido. Nessa ótica, Mbembe constrói a noção de “matanças invisíveis” como uma prática direta do necropoder e a dominação absoluta de seus habitantes, argumentando que:

O “estado de sítio” em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano [...] A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em

¹² FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. P 64.

¹³ BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

¹⁴ NAPOLITANO, Marcos. *1964 - História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. P. 161.

¹⁵ CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (orgs.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro pela Anistia – RJ/Opção, 1979. P. 20.

quem atirar. [...] Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. [...] Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis¹⁶.

Nesse quesito, a morte e o desaparecimento formam instrumentos de controle de última instância utilizados contra a sociedade brasileira durante a ditadura. Mesmo após 40 anos em que as forças armadas deixaram poder, o Brasil ainda lida com feridas culturais, políticas e sociais ocasionadas pela violência da ditadura, resultando em décadas de luta coletiva.

A partir desse diálogo, durante o período de redemocratização os crimes cometidos pelos militares e instituições ligadas ao Estado vieram à tona gradativamente. Nessa perspectiva, o documentário *Vala Comum* (1994), dirigido por João Godoy, reúne depoimentos de familiares de desaparecidos políticos cujos corpos estavam localizados em uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco, inaugurado em 1971 no bairro de Perus, na cidade de São Paulo. A obra reúne depoimentos de cinco familiares de vítimas da desapareição forçada, Egle Vannucchi Leme, Felícia de Oliveira, Gertrud Mayr, Gilberto Molina e Ivan Seixas, ao passo que remonta o período de repressão. Será analisado de forma conjunta o episódio “Desaparecidos Políticos” do programa *Globo Repórter*, produzido logo após a descoberta da vala em 1990, mas exibido somente em 1995, contendo múltiplos depoimentos e remonte da descoberta da vala. Tais materiais serão integrados como fonte oral e narrativa pública de memória, viabilizando o cruzamento do terrorismo de Estado brasileiro e a consequente dificuldade de elaboração do luto dos familiares.

A utilização de conteúdos audiovisuais traz diversas potencialidades e dificuldades metodológicas no que tange o ofício historiográfico. Nesse sentido, fontes desse caráter necessitam de análises específicas, aqui exemplificadas pelo documentário e telejornalismo, tal como diversas vezes são de difícil acesso ao público geral visto a baixa preservação¹⁷. Faz-se também necessária a dupla crítica do documento e da linguagem ali disposta, visto que os materiais são produzidos a partir de uma mediação da realidade por meio das características presentes, construídos a partir de uma linguagem e produção específica, por vezes criando uma tensão entre o subjetivo e o objetivo a partir da intervenção estética¹⁸. Contudo, as obras fornecem apoio singular no que tange a reconstituição do passado, visto

¹⁶ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção e Política da Morte*. São Paulo: N-1edições, 2018. P. 48, 49.

¹⁷ NAPOLITANO, Marcos. “A História depois do papel.” In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, P. 260.

¹⁸ *Ibidem*. P. 236.

que podem revelar aspectos sociais e históricos não observados em documentos escritos ou por historiadores ¹⁹.

É a partir dessa lógica que os depoimentos dispostos compõem fonte de estudo fulcral para a compreensão de um passado violento, recalcado e que, a partir do caráter necropolítico do Estado brasileiro, foi incansavelmente silenciado. Dessa forma, os testemunhos dos familiares fornece um prisma de extrema singularidade para a compreensão das distensões geradas pela desapareição durante os anos de chumbo.

A morte, como uma arma política, movimenta o que existe de mais profundo nos indivíduos. A destruição do físico e do simbólico concebe feridas dilacerantes nos campos que envolvem o morrer e suas instituições. No contexto ditatorial, práticas de tortura, assassinatos e desaparecimentos ultrapassam tal perspectiva física e psicológica ao potencializar o debate entre a memória, o tempo histórico e as vítimas da desapareição. Assim, questões referentes à presença de um corpo e à percepção do tempo abarcam singularidades ao tratar de governos autoritários e de seus desaparecidos políticos, visto que sem as tradicionais ações de sepultamento e luto, a vítima se singulariza no panorama social e jurídico.

Nessa perspectiva, o estatuto do desaparecido age em tensão com o tempo da historicidade ocidental a partir de seu caráter excêntrico contra o que já efetivamente é considerado como “morto”. Por consequência, se a História se mantém como uma forma de gerar “luto” e memória, visto que seu método é vinculado a um cenário *post-mortem*, a figura do desaparecido desafia o regime temporal ocidental a partir da privação do sepultamento tradicional, implicando assim em um indivíduo em cenário liminar entre os vivos e os mortos ²⁰.

É a partir dessa presença que surgem movimentos coletivos na luta pela memória e justiça das vítimas. Nesse contexto, o presente trabalho pretende, a partir dos relatos observados no documentário *Vala Comum* (1994) e *Globo Repórter* (1995), compreender as feridas culturais, políticas e sociais geradas a partir do crime da desapareição forçada. Serão analisados pontos em comum entre os relatos prestados e os padrões do terrorismo de Estado brasileiro para a não solução do crime e a dificuldade de elaboração do luto tradicional nas famílias. Com base em ambas as fontes audiovisuais, o trabalho de memória na História Oral

¹⁹ NAPOLITANO, Marcos. *op. cit.* P. 243.

²⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Seguridad Nacional: Uruguay (1968–1985) – do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. P. 652.

constitui uma inteligibilidade de uma identidade, compreendida como a organização do sentimento de unidade, continuidade e coerência, a partir dos relatos necessários para a compreensão de uma população ²¹ ou, nesse caso, a dimensão dos desaparecimentos forçados na sociedade brasileira pós-ditadura militar.

Nessa perspectiva, a metodologia se baseará na abordagem qualitativa e História Oral para análise dos relatos prestados, compreendendo o valor dos testemunhos como parte da conscientização da sociedade e coletiva luta. O trauma provocado pela ditadura militar é integrado a um sofrimento coletivo. Assim, nem todos os efeitos do crime humanitário foram plenamente elaborados e solucionados no Brasil pós-1985, representando uma ferida ainda aberta fruto da repressão sistemática. Obras e projetos com o objetivo de expor o terrorismo de Estado auxiliam na criação de debates em prol da memória e justiça política. Os testemunhos prestados são fonte enriquecida para a compreensão da dinâmica e o trauma promovido pelos governos militares, representando o papel das narrativas que disputam espaço e sentido em contraponto com os violentos projetos de esquecimento contra as vítimas e seus familiares. Fundamentalmente, o discurso dos entrevistados constitui suas individuais percepções do fato narrado ²², essencial para compreender as feridas causadas pelo luto não elaborado.

No primeiro capítulo, a morte será analisada na perspectiva cultural, especialmente com base nas práticas e instituições que atribuem sentido para a finitude da vida. Em primeira instância, será contextualizada a descoberta e dimensão histórica da vala clandestina do cemitério Dom Bosco, especialmente a partir da luta dos familiares em prol da transparência do processo em identificar seus entes desaparecidos. Em outro âmbito, o sepultamento será discutido como dispositivo simbólico fundamental para a elaboração do luto, tanto na perspectiva afetiva quanto na perspectiva burocrática e, dessa forma, será analisada como a ausência ou ocultação dessas mediações, como no caso da Vala de Perus, remontam determinada perturbação da chamada “segurança ontológica” ²³.

O segundo capítulo buscará compreender o significado político e social dos desaparecimentos políticos durante a Ditadura Militar. Assim, será abordada a ocultação de cadáver como estratégia de controle narrativo, ferramenta para minimizar ideais contrários do governo e impedimento de construção de mártires nos movimentos de resistência.

²¹ ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da história.” In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, p. 167.

²² *Ibidem*. P. 185, 186.

²³ MATTEDI, Marcos Antonio; PEREIRA, Ana Paula. “Vivendo com a Morte: o Processamento do Morrer na Sociedade Moderna”. *Caderno CRH*, v. 20, p. 319-330, 2007. P. 325.

Posteriormente, também serão percorridos os efeitos gerados por essa via da repressão, tal como o trauma coletivo, trauma geracional e as feridas culturais deixadas tanto nas famílias quanto na sociedade. A prolongação da dor dos familiares observadas no documentário e entrevistas dispostas será estudada a partir da suspensão do luto e impossibilidade de elaboração simbólica da perda. Assim, a ausência das vítimas e respostas gera perturbações contínuas em seus entes queridos e constituição simbólica da sociedade.

CAPÍTULO 1. O RITO NEGADO

O presente capítulo pretende contextualizar o caso de Perus a partir do episódio exibido no dia 21 de julho de 1995 durante o programa *Globo Repórter*. O programa semanal apresentado pela TV Globo aborda diversas temáticas jornalísticas nos panoramas da cultura, sociedade, natureza, política e ciência tanto no Brasil quanto no exterior. Apresentado pelo jornalista Celso Freitas e com reportagem do jornalista Caco Barcellos, o programa foi responsável pela exposição da vala clandestina no Cemitério de Perus onde se localizavam restos mortais de indigentes e desaparecidos políticos durante a década de 1970 ²⁴.

No primeiro subcapítulo, o caso será analisado a partir da contextualização histórica da vala, tal como a luta dos familiares das vítimas pela localização, identificação e exumação dos corpos. A matéria apresenta uma descoberta com profundos significados políticos para a sociedade brasileira cujas feridas da ditadura militar ainda se mostravam abertas, especialmente por se tratar de um período de ainda transição democrática após 21 anos de repressão.

No segundo subcapítulo, serão utilizados o capítulo do programa *Globo Repórter* e documentário *Vala Comum*, o enfoque se dará nas perturbações geradas nos familiares cujos parentes militantes foram vítimas da desapareição ou ainda não haviam sido identificados no contexto de produção da reportagem e documentário. Assim, será analisada a negação do sepultamento como rompimento da rede cultural da morte e do luto tradicional.

Dessa forma, e a partir dos relatos prestados pelos familiares, será discorrida a correlação e distensão cultural existente entre o luto e a desapareição forçada no contexto de redemocratização do Brasil. Assim, serão discorridas as consequências do terrorismo de Estado contra a contemporânea rede processual do morrer e as dificuldades de elaboração da perda nas famílias cujos parentes foram vítimas letais do autoritarismo.

1.1 A célula dos indigentes

No dia 4 de setembro de 1990, o Cemitério Dom Bosco, localizado no bairro de Perus, em São Paulo, amanheceu com uma parcela de seus funcionários escavando uma cova com diversas pás e enxadas, cenário cotidiano se não fosse pelo amontoado de jornalistas, curiosos e a presença da então prefeita da cidade, Luiza Erundina ²⁵. Naquela manhã, o repórter Caco Barcellos finalizava uma reportagem fundamental para a compreensão dos crimes cometidos

²⁴ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 49min.

²⁵ VANNUCHI, Camilo. *Vala de Perus, uma biografia: como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura*. Alameda Casa Editorial, 2021. P. 27.

pelo Estado, seus órgãos e agentes durante a ditadura militar. Localizava-se ali uma vala clandestina com mais de 30 metros de extensão, quase 3 metros de profundidade e, em sacos plásticos azuis não identificados, 1049 ossadas de indigentes cujos restos mortais também pertenciam a desaparecidos políticos da década de 1970 ²⁶.

Embora a produção da matéria tenha abarcado as semanas antecessoras e o próprio dia da abertura da vala, o programa somente foi ao ar quase cinco anos após abertura, em julho de 1995. O principal fator para o adiamento do episódio, exibido tipicamente às sextas-feiras, ocorreu em razão do feriado de 7 de setembro de 1990, comemoração da Independência do Brasil e, por ventura, também a sexta-feira em que seria apresentado o caso. Tradicionalmente, o feriado da independência conta com exibições militares e ufanismo patriótico, e, dessa forma, exibir as feridas ainda abertas decorrentes da repressão seria visto como uma afronta aos militares em um momento político ainda delicado. Nesse sentido, Caco Barcellos se refere aos guerrilheiros por exato termo, contrariando os tradicionais usos de “terroristas” e “subversivos”. O jornalista também aborda o terrorismo de Estado brasileiro nas palavras: tortura, violência, desaparecidos políticos e repressão, algo pouco usual para o horário nobre na época ²⁷.

A descoberta da vala se deu ao acaso. Barcellos investigava nos arquivos do Instituto Médico Legal de São Paulo (IML/SP) as mortes violentas e paradeiros de civis sob autoria dos esquadrões da morte, ROTA ²⁸ e da Polícia Militar. Em meio aos atestados de óbito, o repórter notou que algumas das fichas continham uma letra “T” grafada em lápis vermelho, indicando que aquele documento tratava de um “terrorista”. Dado o caráter do regime em voga, os documentos do IML/SP eram de inviolável acesso aos entes dos mortos e público geral. Contudo, o repórter foi favorecido em sua investigação a partir da confiabilidade e proximidade com os funcionários do arquivo.

Embora os guerrilheiros registrados constassem como desaparecidos para as famílias, ali continham dados da data da morte, sepultamento e local onde os restos mortais se encontravam, diversas vezes apontando o cemitério de Perus. Nesse ponto, e apresentando o *modus operandi* da ditadura, os documentos revelavam que os corpos eram secretamente

²⁶ VANNUCHI, Camilo. *op. cit.* P. 28.

²⁷ *Ibidem.* P. 29.

²⁸ Sigla para Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, o ROTA, foi criado em 1970 com a finalidade de combater as resistências armadas durante a ditadura militar. O batalhão é responsável por um elevado número de mortos, especialmente contra a população preta e parda, representando um “esquadrão da morte oficial”. Ver: BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. 15ª ed. São Paulo: Globo, 1992. P. 131.

transladados até o cemitério dias após chegarem ao necrotério ²⁹. Já em Perus, os atestados de óbitos e lápides sofriam alteração e apresentavam nomes falsos dos opositores políticos, especialmente os escolhidos para utilizar na clandestinidade, e dificultando ainda mais a procura dos restos mortais pelas famílias, dezenas de corpos foram exumados e realocados sem qualquer catalogação na documentação oficial, gerando obstáculos na localização até para os próprios funcionários do cemitério.

No que diz respeito aos funcionários e administração do cemitério de Perus, Antônio Carlos de Oliveira, Toninho, é uma figura central para a abertura da vala ao público. Em meados de 1976, veterano nas necrópoles de São Paulo, Toninho foi nomeado responsável pelo Cemitério Dom Bosco. Em entrevista, relata ter descoberto a vala por curiosidade e necessidade, os livros de registros apontavam uma grande quantidade de exumações de corpos feitas pelos próprios funcionários do cemitério antes da chegada de Toninho, contudo não havia nenhum tipo de informação do local de reenumação dessas ossadas, apontando o primeiro indício de uma vala clandestina. Toninho especifica a exumação de duas quadras da mesma gleba para a nova porção de terra capaz de receber entre 1500 e 1600 ossadas, sua descoberta ocorreu devido a constante insistência em questionar os colegas de trabalho sobre a falta de registros e localização dos restos mortais ³⁰.

Toninho conta ter convivido com extremo desconforto com a existência da vala ³¹. Antes da anistia e abertura política, o administrador auxiliou algumas famílias que chegaram ao cemitério na esperança de localizarem corpos de seus entes, por vezes com e sem sucesso, e assim tomando a consciência de quem eram os “indigentes”. Assim, embora escavada parcialmente algumas vezes em anos anteriores à reportagem, a dimensão da quantidade de ossos e de suas condições só se deu ao público com a investigação. Os milhares de ossos se encontravam misturados e armazenados em sacos plásticos azuis sem identificação aos pés de uma colina. Barcellos remonta na reportagem a dificuldade inicial referente à vala:

O tempo parece ter cumprido seu papel na história. Alguns sacos de plástico se romperam e as etiquetas de identificação, se é que existiram, apodreceram com a umidade e desmancharam. Algumas ossadas estão misturadas e agora fica difícil a identificação. Vai depender de um complexo trabalho científico ³².

Com a abertura da vala de Perus, as ossadas passaram a ser armazenadas em novos sacos plásticos devidamente etiquetados e em um ossário para a disposição de cientistas e

²⁹ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 03min30s.

³⁰ VANNUCHI, Camilo. *Vala de Perus, uma biografia: como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura*. Alameda Casa Editorial, 2021. P. 49, 50.

³¹ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 27min14s.

³² *Ibidem*. 19min18s.

parentes que almejam buscar e identificar um indigente. Os restos mortais foram inicialmente entregues aos peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em um convênio com a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo. Foi criada a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus por familiares de mortos e desaparecidos políticos para a continuidade das investigações através de exames periciais. O complexo trabalho dos legistas consiste na obtenção de dados antropométricos, como fraturas e falhas na arcada dentária para comparação dos restos mortais com imagens e informações dos guerrilheiros enquanto vivos³³.

Ao remontar as dificuldades enfrentadas pelas famílias em localizar, exumar e identificar os corpos, o capítulo do *Globo Repórter* apresenta duas exceções em que os guerrilheiros foram identificados antes que a angústia da desapareição forçada atingisse por completo as famílias. O primeiro caso trata-se de Luís Eduardo Merlino, jornalista e militante do Partido Operário Comunista (POC), preso em julho de 1971 por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI/SP) na casa de sua mãe, Dona Iracema, a qual forneceu entrevista à reportagem. Merlino foi assassinado poucos dias depois após a prisão sob tortura e com presença de testemunhas, embora nos documentos oficiais contasse como vítima de atropelamento em uma tentativa de fuga³⁴. A família excepcionalmente soube da morte no dia seguinte e, dirigindo-se ao necrotério, o corpo do rapaz somente foi recuperado por influência de seu cunhado delegado de polícia, impedindo assim que fosse encaminhado a Perus.

A segunda excepcionalidade trata de Gelson Reicher, morto em janeiro de 1972 por agentes da repressão. Estudante de medicina e integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), a morte de Reicher foi noticiada por jornais ainda com seu nome verdadeiro e foto, contudo, dias depois foi enterrado em Perus como indigente e nome “Emiliano Sessa”. A angústia da desapareição para a família durou pouco, os pais do estudante relatam que o médico legista designado a encaminhar o corpo a Perus era Isaac Abramovitch, amigo e vizinho da família, viabilizando a rápida exumação do corpo e sepultamento no jazigo da família no Cemitério Israelita de São Paulo³⁵.

³³ COIMBRA, Cecília; BRASIL, Vera Vital. Exumando, identificando os mortos e desaparecidos políticos: uma contribuição do GTNM-RJ para o resgate da memória. In: MOURÃO, Janne Calhau (Org.). Clínica e política. Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquer; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. P. 6.

³⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume – III, Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: CNV, 2014. P. 651.

³⁵ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 08min35s

Apesar de Abramovitch ter auxiliado a família Reicher, o legista é acusado de falsificar ao menos 58 atestados de óbito de opositores políticos ³⁶, incluindo o de Luís Eduardo Merlino tratado anteriormente. Ao depor em 1991, o médico negou ter reconhecido durante a autópsia o vizinho que conhecia desde criança ³⁷.

Em entrevista, Dona Iracema, mãe de Luís Eduardo Merlino, aborda o desejo de uma reparação moral do Estado ao invés de uma indenização. Também presta solidariedade a outras famílias as quais não encontraram seus entes desaparecidos e relata a dor de saber da violência vivenciada pelo filho em seus últimos momentos. Os pais de Gelson Reicher apresentam relatos similares ao de Dona Iracema. Blima Reicher, mãe do estudante, também enfatiza a violência sofrida pelo filho, em especial ao ver as marcas de tiro no rosto do rapaz, já o pai, Berl Reicher, relata emocionado uma perda profunda ao mexer nos objetos de Gelson: “Não tenho mais vida. É assim, larguei tudo e ponto [...] Não tenho mais vida” ³⁸.

Nesse sentido, ambos os depoimentos não se relacionam com a dor de um parente desaparecido, mas sim efetivamente perdido. Nos capítulos “Luto e melancolia 1917 [1915]” e “Considerações atuais sobre a guerra e a morte (1915)”, presentes na obra “*Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)*”, Sigmund Freud explora o afeto normal do luto com o estado patológico da melancolia, tal como a atitude cultural e inconsciente dos seres humanos perante à morte. Os relatos prestados por ambas as famílias dialogam com a obra freudiana na perspectiva de um quadro de luto comum e elaborado, há a compreensão de um “objeto” que não existe mais, observado no relato das mães, juntamente do cessado interesse pelo mundo exterior e inibição das atividades ³⁹, observado no relato de Berl Reicher.

O terrorismo de Estado praticado durante a ditadura militar não foi caso excepcional na história do Brasil. Contudo, a outorga dos Atos Institucionais, especialmente o AI-5, manutenção e criação de novos órgãos de repressão, exemplificados na Oban e, mais tarde, DOI-CODI, foram fulcrais para a evolução da violência contra os chamados “subversivos”. Nesse sentido, o historiador Marcos Napolitano remonta:

O regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância – censura – repressão. No final dos anos

³⁶ MEMÓRIAS DA DITADURA. Isaac Abramovitch. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/personagens/isaac-abramovitch/>. Acesso em: 20 out. 2025.

³⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume – III, Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: CNV, 2014. P. 820.

³⁸ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 09min10s.

³⁹ FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia 1917 [1915]”; “Considerações atuais sobre a guerra e a morte (1915)”. In: Obras Completas, Volume 12: *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. P. 128, 129.

1960, este tripé se integrou de maneira mais eficaz, ancorado em uma ampla legislação repressiva que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os Atos Institucionais e Complementares, a própria Constituição de 1967. Não foi o regime de 1964 que inventou esse tripé repressivo, em parte herdado do passado, mas sem dúvida deu-lhe nova estrutura, novas agências e funções ⁴⁰.

Táticas de tortura e desaparecimento forçada foram categoricamente simbólicas e eficazes na caça aos opositores políticos. A finalidade de minimizar a difusão dos ideais de esquerda decorre da tentativa de garantir a permanência dos ditadores no poder. Dessa forma, Napolitano também discorre:

Sobre a juventude de esquerda, mesmo aquela que não era adepta da luta armada, gerou um trauma coletivo. A morte sob tortura, em condições humanas torpes, substituiu o ideal do sacrifício do militante, a morte heroica na barricada em combate foi substituída pela morte patética no porão da tortura. Construiu um círculo do medo cuja máxima dizia que fazer política ou lutar contra as injustiças sociais era sinônimo de prisão e tortura ⁴¹.

Nesse sentido, a sistematização da repressão é sustentada pelos violentos atos de silenciamento e desumanização dos corpos. As condições vivenciadas pelas vítimas da tortura, letais ou não, assassinatos e desaparecimentos forçados foram fundamentais na difusão do terror tanto nas esquerdas sem viés combativo quanto na sociedade como um todo. Assim, é pelo impacto do cotidiano sofrido pelo coletivo e entendimento dos obstáculos em garantir a própria justiça e garantia dos direitos individuais, especialmente a partir do medo, que o terrorismo de Estado se perpetua no poder.

Ainda nessa perspectiva, a reportagem apresenta o caso de Sônia Maria de Moraes Angel Jones e a luta de seus pais João Luiz de Moraes e Cléa Moraes. Ambos relatam a dificuldade de localizar e exumar os restos mortais da filha para assim sepultá-la no Rio de Janeiro. Sônia Maria era professora e esposa de Stuart Angel, filho da estilista Zuzu Angel e também vítima da desaparecimento forçada. A militante se exilou na França, contudo voltou ao Brasil em 1971 após a morte do marido, momento em que se reintegra à luta armada e mantém as atividades políticas até sua prisão, tortura e morte em novembro de 1973 ⁴².

Durante a reportagem, os pais de Sônia relatam terem descoberto o local onde o corpo da filha estava localizado, mas houve uma espera de dois anos regulares para que pudesse ser exumada, visto que outro corpo já havia sido sepultado em cima dela. A militante já constava como enterrada em Perus com o codinome “Esmeralda Siqueira Aguiar”, utilizado na

⁴⁰ NAPOLITANO, Marcos. *1964 - História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. P. 153.

⁴¹ *Ibidem*. P. 152.

⁴² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume – III, Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: CNV, 2014. P. 1427.

clandestinidade ⁴³, e passado o tempo para a exumação, Sônia foi transladada para o Rio de Janeiro em 1981. Contudo, no ano seguinte foi identificado que aquele corpo não a pertencia, assim a família só conseguiu efetivamente recuperar os restos mortais da filha em 1991 e após seis exumações no cemitério ⁴⁴.

Em diálogo com as “condições humanas torpes” tratadas por Napolitano e o luto profundo discorrido por Freud, João Luiz Moraes comenta o trauma gerado pela violenta morte da filha: “Caco, o drama é que a morte de um filho não tem conserto. Não há psicólogo, psicanalista, psiquiatra que consiga trabalhar a morte de um filho, muito menos nas circunstâncias da morte dos nossos filhos” ⁴⁵.

Os relatos das três famílias elucidam a oportunidade de localizar e enterrar seus filhos em suas devidas práticas culturais, religiosas e afetivas, sendo esse ponto fulcral para compreender a perturbação encontrada no diálogo da morte e do luto em contraponto com a desapareição forçada tratados nesse trabalho. Os testemunhos dialogam com a obra freudiana a partir de um luto que se desenvolve dentro do “exame de realidade”, ou seja, a compreensão do fato ocorrido é consumada junto com o trabalho do luto em seu devido tempo, mesmo com um potencial e comum afastamento do cotidiano ⁴⁶.

Nesse âmbito, a experiência vivida por essas famílias culmina no desejo e dever comum pela justiça. Freud discorre como o luto profundo ocasiona tal afastamento da conduta normal da vida a partir de uma reação a essa perda ⁴⁷. Dessa forma, os entes dos desaparecidos se organizam para localizar os restos mortais de desaparecidos políticos, reconhecer e responsabilizar os crimes cometidos pelos órgãos e agentes repressores, tal como na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Como forma de memória, a luta dessas pessoas ultrapassa o luto privado, consagrando-se também como uma luta política contra o totalitarismo e o crime permanente ⁴⁸.

⁴³ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *op. cit.* P. 1430.

⁴⁴ *Ibidem.* P. 1429.

⁴⁵ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 17min35s.

⁴⁶ FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia 1917 [1915]”; “Considerações atuais sobre a guerra e a morte (1915)”. In: *Obras Completas, Volume 12: Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. P. 130.

⁴⁷ *Ibidem.* P. 128.

⁴⁸ O diálogo entre a desapareição forçada e o estatuto de “crime permanente” é construído a partir do debate acerca do ocorrido e sua perduração ao longo do tempo. O desaparecimento de um cidadão por autoria do Estado é tipificado como crime de lesa-humanidade e crime permanente na lógica do Direito Internacional, especialmente por organismos como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e Organização das Nações Unidas (ONU), aos quais o Brasil é signatário. Ver: Pinto, Marcos José. “A possibilidade de punição pela prática do delito de desaparecimento forçado de pessoas no Brasil.” *Revista Jurídica Luso-Brasileira, Lisboa* 4, 2021.

Contextualizada a abertura da vala clandestina de Peru, e em diálogo com a luta dos familiares de guerrilheiros mortos pela repressão, o episódio se apresenta como um pilar fundamental para a reavaliação das políticas adotadas durante a redemocratização brasileira e justiça de transição. Dessa forma, a reportagem aborda o projeto de lei acerca dos desaparecidos, contando com o reconhecimento dos, até então, 152 militantes políticos mortos⁴⁹, registo das mortes em cartório, pagamento de indenização, criação de uma comissão especial apontando as circunstâncias das mortes e localização dos despojos. Em 1995, foi aprovada a Lei 9.140, reconhecendo: “como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências”⁵⁰.

Durante a ocasião, o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, debate novas medidas governamentais para tratar do trauma e descaso com os familiares dos mortos e desaparecidos. Jobim relata um “ajuste de contas com o futuro”, abordando os desaparecidos como um problema da nação com a necessidade de explicar e encerrar esse fato, possibilitando o sepultamento dos corpos. Contudo, mesmo com o início das reparações morais e reconhecimento dos crimes cometidos, as marcas deixadas nas famílias abarcam camadas simbólicas e culturais complexas no que diz respeito ao luto e possibilidade de sepultamento a ser observado no próximo subcapítulo.

1.2 A mediação inegociável

Publicado em 1970, o romance “Incidente em Antares”, de Érico Veríssimo, narra um escândalo funerário ocorrido na fictícia cidade de Antares, no Rio Grande do Sul. Em decorrência de uma greve geral no ano de 1963, sete pessoas falecidas são impedidas de serem enterradas no cemitério pelos coveiros, acarretando no retorno desses mortos ao mundo dos vivos para reivindicar um sepultamento digno. Durante o retorno, os mortos investigavam a vida dos habitantes e expunham as problemáticas morais existentes naquela cidade e de seus cidadãos⁵¹.

Veríssimo articula a questão funerária com o contexto de uma cidade marcada por práticas de tortura, perseguições a comunistas e instabilidade política, produzindo, a partir da

⁴⁹ Atualmente, o número oficialmente reconhecido pela Comissão Nacional da Verdade de 2014 é de 434 mortos e desaparecidos pela ditadura militar. Ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume – I*. Brasília: CNV, 2014.

⁵⁰ BRASIL. LEI Nº 9.140, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm. Acesso em: 21 de outubro de 2025.

⁵¹ VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

literatura, uma denúncia de um Brasil já à sombra da ditadura militar. Tal discussão dialoga diretamente com Phillippe Ariés, ao tratar que um dos objetivos do sepultamento era impedir que os mortos retornassem para perturbar os vivos ⁵², e Allan Kellehear, sobre a necessidade de reconhecer o morto também socialmente para evitar o estado liminar, transitório e intermediário dos fantasmas ⁵³. Assim, o pretexto dos mortos em Antares revela a metáfora simbólica para a dinâmica entre a História da Morte e a vala de Perus, visto que essas ideias interligam as problemáticas não resolvidas de um Brasil repleto de feridas históricas ainda abertas e marcadas por ritos negados e não realizados.

No que tange o sepultamento, Arnold van Gennep apresenta os funerais como um dos “ritos de passagem”, isto é, momentos em que um indivíduo vivencia um acontecimento crucial para a próxima etapa de sua vida como o nascimento, a puberdade, o casamento e a morte ⁵⁴. Nessa lógica, o funeral se constitui como “rito de separação”, visto que, como último fato a acontecer com aquele indivíduo, agrega esse morto ao mundo dos mortos e reintegra os vivos ao cotidiano comum ⁵⁵, organizando simbolicamente o luto e a continuidade da vida social. Assim, o sepultamento se apresenta como dispositivo crucial para o processamento do morrer na contemporaneidade.

Sob essas perspectivas, o rito assume centralidade para a compreensão da morte como fenômeno social e fornece inteligibilidade ao luto. Nesse sentido, o luto se define como uma reação à perda de uma pessoa amada ou abstração que possa ocupar esse lugar, como: pátria, liberdade, ideal ⁵⁶. Dessa forma, há a necessidade de perceber esse objeto perdido pelo seu devido *status* como parte do processamento do luto e das redes simbólicas da perda. Assim, o ritual opera simultaneamente para os vivos e os mortos, transcrevendo-se a partir da convergência das racionalidades científicas e mercantis com a indústria funerária, bem como os efeitos da secularização na sociedade ⁵⁷. Contudo, permanece o imperativo social de

⁵² ARIÉS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias*. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 41.

⁵³ KELLEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2016. P. 446

⁵⁴ GENNEP, Arnold van. *Os Ritos de Passagem*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

⁵⁵ *Ibidem*. P. 144.

⁵⁶ FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia 1917 [1915]”; “Considerações atuais sobre a guerra e a morte (1915)”. In: *Obras Completas, Volume 12: Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. P. 128.

⁵⁷ MATTEDI, Marcos Antonio; PEREIRA, Ana Paula. “Vivendo com a Morte: o Processamento do Morrer na Sociedade Moderna”. *Caderno CRH*, v. 20, p. 319-330, 2007. P. 320.

proporcionar um final decente e digno para as pessoas ⁵⁸, especialmente quanto à afirmação pública e individual de reconhecer a identidade do morto por sua devida condição.

Se o reconhecimento e processamento surgem a partir dos rituais culturais, é nessa lógica que a rede simbólica e burocrática da morte na sociedade moderna se torna indispensável. Embora o morrer permaneça oculto socialmente, sua eventualidade e recorrência exigem a atuação de múltiplos agentes que compõem uma estrutura destinada a organizar e dar sentido ao fenômeno.

Entre esses agentes, destacam-se diferentes atores sociais. O ator-família, constituído por parentes e amigos próximos, media a afetividade e os vínculos presentes na perda. O ator-religião, composto por sacerdotes e instituições religiosas, configura a morte na lógica espiritual e ritos que auxiliam o processo da perda. O ator-mercado, que engloba funerárias, floriculturas e cemitérios, organiza a dimensão mercantil da morte a partir da perspectiva econômica. O ator-tecnocientífico, formado por hospitais, clínicas, ciências médicas, laboratórios farmacêuticos, estabelece a continuidade ou o fim da vida como técnica dos instrumentos de intervenção científica circunscritos. Por fim, o ator-Estado regula a burocracia e garante a ordem legal, operando sobre registros, documentos e normativas que situam juridicamente o morto ⁵⁹.

Esses atores sociais estruturam a chamada “segurança ontológica” da população perante a morte e sua experiência oculta. Nesse sentido, Anthony Giddens conceitua essa segurança como a estabilidade cotidiana nas experiências de vida dos indivíduos e como se percebe a própria existência, ou seja, é a condição psicológica emocional pautada na segurança da própria identidade, mundo e futuro, essenciais para a manutenção e bem-estar social contra a incerteza do cotidiano ⁶⁰. Essa segurança ontológica sofre perturbação na sociedade moderna a partir da segregação da experiência da morte, visto que tantos atores sociais dispostos a lidar com os mortos geram uma “segregação da experiência” ⁶¹, dialogando com a “morte oculta” percorrida por Ariés. Dessa forma, sociedade moderna vive entre a necessidade de gerir a morte e o distanciamento crescente de sua experiência direta.

⁵⁸ RODRIGUES, Cláudia. Nas Fronteiras do Além: A Secularização da Morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. P. 39.

⁵⁹ MATTEDI, Marcos Antonio; PEREIRA, Ana Paula. “Vivendo com a Morte: o Processamento do Morrer na Sociedade Moderna”. Caderno CRH, v. 20, p. 319-330, 2007. P. 326, 327.

⁶⁰ GIDDENS, 2002, *apud* MATTEDI; PEREIRA, 2018. P. 35.

⁶¹ MATTEDI, Marcos Antonio; PEREIRA, Ana Paula. *op. cit.* P. 325.

É nesse horizonte que se insere a distensão cultural analisada neste capítulo. Durante a ditadura militar, o ator-Estado rompeu radicalmente essa rede de mediação ao negar, manipular e obstruir o rito e rede relativos ao morrer por meio da desapareição forçada. Nesse sentido, familiares e amigos foram privados do acesso e identificação do corpo dos opositores políticos, implicando diretamente na negação dos rituais tradicionais e específicos de cada núcleo familiar. Os corpos por diversas vezes não possuíam direito à própria identidade e sofreram com a falsificação das condições de assassinato nos atestados de óbitos, formulando assim o rompimento dos ritos não apenas como violência prática, mas uma ruptura simbólica profunda.

As obras audiovisuais *Vala Comum* e *Globo Repórter* organizam suas narrativas a partir da experiência de perda e da ausência de respostas vividas pelos familiares dos desaparecidos. Nessa perspectiva, ambas apresentam o depoimento de Gilberto Molina, irmão do militante Flávio Molina. Flávio era estudante da Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde ingressou no movimento estudantil e começou sua trajetória na militância. Entrou para a clandestinidade no ano de 1969, já como membro da ALN, quando também se exilou para o Uruguai e posteriormente em Cuba. Flávio retornou ao Brasil em 1971, porém foi preso, torturado e morto por agentes do DOI-CODI/SP em novembro do mesmo ano. Embora o atestado de óbito o registrasse como enterrado em Perus, a família só soube de sua morte pelos jornais em agosto de 1972 e sob a versão de que teria morrido em confronto com forças de segurança ⁶². Gilberto afirma que a família nunca recebeu diretamente informações de órgãos oficiais sobre morte de Flávio, retratando a dimensão da violência estatal e necropolítica que, ao ditar quem podia viver e devia morrer ⁶³, restringiu as mediações do ritual e processamento da morte.

Em testemunho, Gilberto Molina relembra a trajetória do irmão e o rompimento afetivo que este precisou assumir ao aderir à luta pela liberdade democrática no Brasil ⁶⁴. A emoção presente em sua fala deriva não apenas da memória, mas, sobretudo, da dificuldade de localizar o corpo do irmão no cemitério de Perus, visto que, enterrado com o falso nome “Álvaro Lopes Peralta”, o corpo do guerrilheiro foi exumado para a vala, dificultando sua identificação. Ao *Globo Repórter*, Gilberto narra o impacto da descoberta e difícil abertura da vala clandestina. Mesmo com o auxílio do administrador de Perus, Toninho, as esperanças

⁶² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume – III, Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: CNV, 2014. P. 765, 766.

⁶³ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção e Política da Morte*. São Paulo: N-1edições, 2018. P. 5.

⁶⁴ VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 13min10s.

cessaram em 1981 ao tomar consciência das dezenas de sacos plásticos azuis sem identificação e com ossadas misturadas.

Flávio foi oficialmente localizado em 1990, possibilitando uma resposta à família e traslado do corpo ao cemitério escolhido e com jazido próprio. Contudo, a retificação oficial de sua condição de desaparecido ocorreu apenas em 2005 devido a problemas burocráticos ocorridos com o IML/SP e as universidades responsáveis pela identificação ⁶⁵, mostrando o prolongamento temporal da violência. O caso da família Molina apresenta um Estado que, ao controlar o cadáver, controla também a vida dos vivos, administrando por décadas a angústia, suspensão do luto das famílias e imposição da condição de desaparecido ao negar o corpo e manipular a narrativa. Nessa perspectiva, a falsificação da identidade de Flávio dialoga com a necropolítica de Mbembe que, ao promover práticas de massacre, os soberanos desumanizam as vítimas fatais reduzindo seus corpos a meras condições de esqueletos ⁶⁶.

A experiência de Gilberto com o desaparecimento e identificação de Flávio é um relato fundamental para a conexão entre a prolongada tensão do estatuto de desaparecido, a necropolítica e o rompimento da rede processual do morrer. Nessa perspectiva, o documentário também apresenta Egle Vannuchi e Gertrud Mayer, mães de desaparecidos encontrados em Perus, juntamente com suas profundas angústias em relatar as circunstâncias da morte dos filhos e alívio em localizá-los. Ao longo do documentário, Egle Vannuchi relata o sentimento paradoxal de receber “aquele telefonema que foi terrível, mas foi abençoado” ⁶⁷ acerca da identificação do corpo de seu filho Alexandre Vannuchi, possibilitando o encerramento da busca e possibilidade de sepultamento. Gertrud Mayr, mãe do desaparecido Frederico Mayr, também conta do ciclo de luto completo e finalmente possibilitado pela descoberta dos restos mortais do filho em Perus:

Eu vi ele vivo na tela, sorrindo com a sobreposição do crânio, com uma foto em que ele estava sorrindo [...] Eu me senti assim, muito gratificada ao vê-lo identificado. Então, de não haver mais a dúvida. E só agora com identificação é que a missa, o traslado, o sepultamento é que a coisa ficou realmente consumada. Antes era uma coisa só lá dentro que não saía. Não que eu estivesse reprimindo, mas que não conseguia sair. E agora, não. Agora é o normal. É o que acontece quando qualquer pessoa, qualquer mãe, irmão, quando perde alguém da família, ver a pessoa, enterrar a pessoa e saber que a pessoa está morta. Eu comecei a viver isso só agora ⁶⁸.

⁶⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume – III, Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: CNV, 2014. P. 767.

⁶⁶ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção e Política da Morte*. São Paulo: N-1edições, 2018. P. 60.

⁶⁷ VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 06min05s.

⁶⁸ *Ibidem*. 25min51s.

Os relatos de Gilberto Molina, Gertrud Mayer e Egle Vannuchi exemplificam os efeitos do rompimento da rede de processamento da morte provocado pela intervenção do Estado. Laudos falsificados, identidades adulteradas e sepultamentos indevidos perturbaram os vínculos afetivos e rituais que permitem a elaboração do luto. Assim, a impossibilidade de enterrar seus mortos nas condições desejadas se prolongou por décadas junto da angústia das famílias, que se viam divididas entre a esperança de encontrá-los vivos e a incerteza da ausência de respostas.

Nessa perspectiva, nem todas as famílias conseguiram localizar os corpos dos filhos desaparecidos. As famílias dos militantes Izis Dias de Oliveira e Hiroaki Torigoe vivem continuamente o rompimento afetivo, burocrático, mercantil, científico e religioso produzido pela desapareição forçada. Em 1990, a mãe de Izis, Felícia de Oliveira, já havia reunido um dossiê completo, contendo cartas, fotografias e recortes de jornal acerca da trajetória militante e prisão da filha. Apesar de ter consciência do assassinato, Felícia relata com exaustão:

Olha, não tem fim, viu? Não tem fim [...] Depois foi passando o tempo eu comecei a andar todo o estado do Rio, aquelas cidades tudo em volta onde tinha Instituto Médico Legal eu dirigia lá. Eu não fazia outra coisa, né? [...] A gente tem esperança que um dia surja alguém [...] que dê alguma informação, que tenha visto Izis ou que saiba alguma coisa, né? A gente quer saber, a gente precisa saber ⁶⁹.

Já em 1994, Felícia, também em testemunho, ainda demonstrava a dor do paradeiro da filha: “No começo eu achava assim: eu não vi, não vou sofrer tanto. Mas foi pior, porque fica uma angústia assim, que não termina nunca. Principalmente que a gente fica pensando, né, que morreu sob tortura, né?” ⁷⁰.

A família de Hiroaki Torigoe segue o mesmo desconsolo apresentado por Felícia de Oliveira. Estudante de medicina, Hiroaki integrou a ALN e Movimento de Libertação Popular (Molipo) ao final da década de 1960, foi executado por agentes do DOI-CODI/SP em janeiro de 1972 após violentas sessões de tortura testemunhadas por outros presos políticos. Foi registrado e levado a Perus com o nome falso “Massahiro Nakamura”, também utilizado na clandestinidade.

Durante a reportagem, Caco Barcellos procurou a família para informá-los que os restos mortais do estudante se localizavam em Perus. Shuniti Torigoe, irmão do guerrilheiro, fez a identificação do irmão dias após seu assassinato por fotografias no DOPS ⁷¹, também

⁶⁹ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 39min42s.

⁷⁰ VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 19min04s.

⁷¹ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE); GRUPO TORTURA NUNCA MAIS (RJ; PE). *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. P. 123.

comenta que considera o dia da descoberta da morte do irmão o dia mais triste de sua vida, constantemente sonhando com o irmão nos anos seguintes. Embora a consciência da localização de Hiroaki em Perus, não foi permitida a exumação do corpo antes do prazo de três anos, e dessa forma a família produziu uma placa para colocar no que se dizia ser sua sepultura. Passado o determinado tempo, Shuniti relata que, ao voltar ao cemitério, já em 1976, o corpo do militante havia sido exumado pela administração a qual não informou a localização da nova sepultura ⁷². Por essa ocasião, Hiroaki Torigoe permanece desaparecido.

Em relato, a tentativa da família Torigoe em retirar o corpo do cemitério se conecta com o rompimento da rede processual da morte a partir, principalmente, do ator-religião. Os pais de Hiroaki são budistas, religião em que a guarda das cinzas do falecido são parte sagrada do ritual funerário ⁷³. O consolo da família ocorre por rezas diárias em um pequeno altar budista montado dentro da casa. Nesse sentido, a ocultação do corpo demonstra a relevância do ritual completo para os mortos e vivos dentro da rede cultural, visto que, nessa especificidade apresentada, a família e o morto são impossibilitados de completar o ciclo.

Para além do rito simbólico e necessário para a digestão da morte na modernidade, sepultar é uma forma de inscrição social. Dessa forma, o ator-Estado ao controlar a rede burocrática e convencional dos cemitérios, assume o papel de também controlar o imaginário da morte. Dessa forma, ao decidir onde, como e se enterra um opositor político durante um regime de exceção, o poder soberano debatido por Mbembe aqui não se limita a quem é descartável ⁷⁴, mas sim quem deve ser descartado, abrindo uma variedade de instrumentos de repressão, físicos ou simbólicos, para a manutenção do autoritarismo e perpetuação do poder.

Os depoimentos coletados durante os anos 1990 estão inseridos no panorama social de um país que tomava maior consciência dos crimes cometidos pelo Estado e atribuía sentido dentro da perspectiva política. Nesse sentido, as mortes sem corpo se distinguem das mortes aos quais o corpo é um objeto sempre presente, atribuindo assim ao desaparecido um estatuto distinto do morto ordinário a partir da sua ambiguidade entre a vida e a morte e indicando um “não-lugar” ⁷⁵, mesmo que a possibilidade da morte seja de ciência e aceitação dos familiares ⁷⁶.

⁷² GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 30min30s.

⁷³ *Ibidem*. 37min39s.

⁷⁴ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção e Política da Morte*. São Paulo: N-1edições, 2018. P. 41.

⁷⁵ RAMOS, Maria Vilar Ramalho. *Mortes roubadas: o luto dos familiares de desaparecidos políticos no Brasil*. 2017. 182 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. P. 8.

⁷⁶ *Ibidem*. P. 27.

A localização dos corpos e sepultamentos possibilita uma catalisação do luto a partir do entendimento do fato ocorrido e assim organizando a sociedade. É a partir do diálogo entre o enterro e a condição do desaparecido político que se compreende o sepultamento como uma instituição poderosa e indissociável do coletivo. Assim, essa rede cultural sofre distensão a partir da negação do rito por parte do Estado com os casos de desaparecimentos forçados, formando uma rede de poder sobre a morte, o luto dos familiares e a rede processual do morrer.

Seja fabricada em Antares ou observada em Perus, a perturbação gerada pelos mortos nasce de um ponto em comum, a denúncia física e simbólica originada pela negação do sepultamento. A obra literária lançada durante os anos de chumbo sutilmente denuncia um Brasil vivenciado e observado por grande parte da população, assim exposto décadas após a necropolítica não se restringir de nenhuma forma e gerando ecos políticos e sociais dentro da sociedade, como a serem observados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2. LITÍGIO E AUSÊNCIA

Como tática de repressão, a desapareição forçada não se limitou a um dispositivo de violência física, mas também um método de produção de ausências em prol da manutenção do autoritarismo. Após desaparecer com os corpos, o Estado brasileiro entrou em disputa ao narrar, manipular e ocultar as mortes, transformando o vazio deixado em um instrumento político de poder. Nessa perspectiva, se o capítulo anterior buscou analisar as consequências culturais e simbólicas com o rompimento da rede processual do morrer e suspensão do luto das famílias, o presente capítulo tenciona examinar as feridas políticas e sociais a partir dessa ausência gerada pelos desaparecimentos.

Nesse sentido, o capítulo será organizado a partir da ideia de litígio, aqui entendido como a disputa narrativa pela morte entre os parentes das vítimas e o Estado, inclusive na perspectiva jurídica. No plano político, o terrorismo de Estado brasileiro se dispôs a controlar a história a partir da incerteza, apagando registros, falsificando identidades e desaparecendo com o corpo de opositores silenciosamente, tal *modus operandi* do desaparecimento forçado é ferramenta fundamental para deslocar a existência dos guerrilheiros para fora da memória coletiva. A ausência aqui se dispõe a partir da divergência narrativa entre os órgãos oficiais e as famílias das vítimas. Nesse sentido, serão percorridas como as lacunas deixadas operam de maneiras distintas para cada personagem, visto que de um lado há um Estado que utiliza a não presença dos guerrilheiros como ferramenta de controle e de outras dezenas de famílias de vítimas que apontam essas lacunas não como mero espaço em branco, mas sim um vazio que carece de explicações.

Assim, tanto os depoimentos dispostos no documentário *Vala Comum* quanto na matéria do *Globo Repórter* apresentam essas disputas em voga logo após a abertura política no Brasil. As contradições entre depoimentos implicam diretamente em consequências profundas a partir do trauma coletivo e dificuldades de elaboração tanto da perda quanto do ocorrido em si, transformando-se em uma ferida histórica que se perpetua por décadas. Assim, o primeiro subcapítulo busca compreender a distensão política a partir do controle da narrativa, enquanto o segundo permeia a análise social dessas marcas e a insurgência memorial criada a partir do terrorismo de Estado e transformando a vala de Perus como permanente lugar de litígio entre o esquecimento e a memória.

2.1 A falta como controle narrativo

Com a abertura política em 1985, a desapareção forçada se provou como um dispositivo ainda mais complexo do que mera ferramenta de repressão. Nesse sentido, o efeito dos assassinatos e das ocultações de cadáver se prolonga dentro do espectro político durante e depois do fim do período visto que, com o desaparecimento de corpos, falsificação de documentos e supressão das identidades oficiais, há a construção de uma ausência pautada fundamentalmente na manipulação e controle da narrativa.

Essa narrativa não se dispôs apenas no campo social, a ausência dos corpos possibilitou disputas públicas e até mesmo jurídicas para o preenchimento do vazio deixado, especialmente após 1979 com a Lei da Anistia. Tal ausência e controle de narrativa culminam no litígio entre instituições e civis em busca de justificativas sobre o significado das mortes, seja pela autoria da violência ou pela possibilidade de responsabilização. Assim, uma guerra pela memória ganha forma ao evidenciar que a violência dos desaparecimentos não cessa com o fim da ditadura militar, mas se transforma como disputa de uma verdade histórica.

É a partir dessa justaposição de sentidos que o documentário *Vala Comum* é construído. A utilização de imagens, vídeos, músicas e testemunhos em espectro conflitantes são ponto de partida para a questão política-narrativa aqui percorrida. Nesse sentido, o diretor João Godoy inicia a obra em um panorama geral do golpe e o sufocamento da oposição com a outorga do AI-5, momento em que a repressão enrijece e a tortura se torna mais rotineira nos interrogatórios, assim como os casos de assassinatos, majoritariamente ocultados, enquanto campanhas e propagandas do governo maquiavam a realidade vigente. Posteriormente, as imagens da descoberta da vala e seu caráter clandestino contrastam com os registros do discurso de Humberto Castelo Branco, afirmando que seu governo seria dos princípios morais e tradicionais, reflexos da alma brasileira. Assim, o diretor interliga o início da ditadura com suas consequências fatais ⁷⁷.

Em outro momento do documentário, a posse de Emílio Garrastazu Médici e seu discurso também ganham espaço, momento em que também se acrescentam imagens da Copa do Mundo de 1970 ⁷⁸ e perseguições contra a população durante manifestações. Também ocorre o uso da propaganda “Este é um país que vai pra frente”, canção do grupo “Os

⁷⁷ VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 04min25s

⁷⁸ A Copa do Mundo de 1970 foi amplamente utilizada como propaganda pelo governo Médici. A vitória do Brasil acompanhou o otimismo do “Milagre Econômico”, a expansão do consumo e o crescimento de super-obras, promovendo assim um imaginário de grandeza nacional. Ver: NAPOLITANO, Marcos. *1964 - História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. P. 192.

Incríveis”, contendo diversas crianças de etnicidades distintas, desenhadas de maneira estereotipada e racista, enfatizando a imagem de um país em desenvolvimento e inerente união ⁷⁹.

A título de exemplo do contraste entre a narrativa e a realidade, é necessário destacar que, apesar da multiplicidade de raças e classes dispostas na propaganda, sendo apresentadas duas crianças brancas, um rapaz indígena, um rapaz preto, um rapaz camponês e um rapaz asiático, a realidade vivida por essas populações marginalizadas consistia em ações violenta promovidas pelo governo ⁸⁰. Durante o vídeo, as crianças brincam juntas e utilizam símbolos nacionais ao som dos dizeres: “Este é um país que vai pra frente; De um povo unido de grande valor [...] É o Brasil do nosso amor” ⁸¹. Todavia, como mencionado por parte das populações marginalizadas, é categórica a necropolítica racial discutida por Mbembe, especialmente pela criação dos “mundos de morte” por parte do poder soberano, ou seja, zonas de destruição, criadas de forma direta ou indireta, contra as condições de vida dessas pessoas ⁸².

A lógica contrastante entre a propaganda ufanista inventada e a realidade repressiva em *Vala Comum* se direciona na ordem do discurso, e, dessa forma, os testemunhos dos parentes das vítimas ganham protagonismo. Em primeiro momento, é apresentado Ivan Seixas, opositor político e filho da vítima letal Joaquim Alencar Seixas, primeiro desaparecido político a ser enterrado em Perus. A família de Ivan já tinha forte presença nos movimentos de esquerda, os pais eram membros do PCB quando o golpe foi instaurado e Ivan iniciou sua atuação na militância aos 16 anos pelo Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). A família Seixas foi presa em 16 de abril de 1971 e levada à sede do DOI-CODI/SP, mãe e irmãs foram liberadas após um ano e meio e por falta de acusação ⁸³, Ivan permaneceu preso dos 16 aos 22 anos ⁸⁴, Joaquim foi torturado juntamente com o filho, contudo não resistiu às sessões que duraram dois dias ⁸⁵.

⁷⁹ VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 14min53s

⁸⁰ Para compreensão das violências sofridas por povos indígenas e camponeses, **ver**: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume – II, Textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014.

Para melhor entendimento da violência sofrida pela população negra e seu apagamento na própria CNV, **ver**: RIBEIRO DA SILVA, Tairane. Apontamentos sobre o apagamento da população negra no relatório da Comissão Nacional da Verdade - 2014. Em *Tempo de Histórias*, [S. l.], v. 1, n. 36, 2020.

⁸¹ VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 15min35s

⁸² MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção e Política da Morte*. São Paulo: N-1edições, 2018. P. 71.

⁸³ VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 15min48s.

⁸⁴ MEMÓRIAS DA DITADURA. Ivan Seixas. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/ivan-seixas/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

⁸⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume – III, Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: CNV, 2014. P. 584.

A morte de Joaquim Seixas ocorreu na noite de 17 de abril de 1971, contudo os jornais paulistas já publicavam a notícia no mesmo dia. Na versão oficial, Joaquim teria sido morto no dia 16 ao meio-dia após uma tentativa de fuga ao resistir à prisão, foi levado a Perus sem o conhecimento da família e identificado apenas em 1977. O filho, Ivan, centra seu depoimento na discrepância dos fatos reais com os fictícios, tratando a narrativa como “farsa” e exemplificando como a falsa história acerca da morte de seu pai surge como ferramenta da repressão e manutenção do poder. Em primeiro momento, a morte de Joaquim foi de conhecimento da família já na mesma noite visto que todos estavam presos na mesma delegacia e sua esposa, Fanny, escutava os gritos de Joaquim durante a sessão de tortura, contudo logo após o silêncio e abertura de sua cela conseguiu ver policiais colocando o corpo de Joaquim no porta-malas e afirmando já estar sem vida ⁸⁶.

O episódio contrasta o caso de desapareção forçada e a morte noticiada no jornal. Embora na maioria dos casos a morte e desaparecimento não fossem de conhecimento das famílias, há casos em que o autoritarismo não se intimidou em eliminar opositores e ocultar seus corpos mesmo com o conhecimento dos entes de que aquela pessoa havia sido assassinada. Assim, a morte de Joaquim Seixas e seu enterro como indigente são exemplo e parte de um sistema multifacetado dentro da desapareção. Nesse ponto, sessões de tortura constantemente acarretavam na morte dos presos e, como forma de se isentar da responsabilidade, o Estado desaparecia com seus corpos por meio de sepultamentos clandestinos, desovas em rios e mares e enterros em localidades incomuns ⁸⁷.

Com os opositores políticos desaparecidos as famílias se deparavam com respostas manipuladas, ou até mesmo a ausência delas, ao procurar os parentes nos órgãos oficiais, os quais majoritariamente declaravam o opositor como “foragido” ou então que apenas não estava detido naquela localidade.

É a partir dessa lógica que a desapareção forçada compõe uma ferramenta de negação de responsabilidade e a impunidade nasce a partir da ação dos órgãos de repressão sem a intervenção midiática, jurídica e social. O controle de narrativa surge como vantagem eficiente para o desmonte de grupos opositores, perpetuação do Estado e supressão das liberdades individuais. Em diálogo com Mbembe, o poder soberano se mantém a partir das vias da violência contra os grupos que ameaçam o imaginário de “direito divino” de comandar. O choque direto entre narrativas leva às barbáries do terrorismo de Estado e, a

⁸⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *op. cit.* P. 585.

⁸⁷ NAPOLITANO, Marcos. *1964 - História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. P. 161

exemplo do próprio autor, a exumação constante de ossadas desaparecidas e a impossibilidade de representação dos crimes absolutos⁸⁸.

Nessa perspectiva, nem todos os casos foram consequência de “acidentes” ou “exageros” nos centros de repressão. Fundamentalmente, a desapareição forçada é um modo de manutenção e silenciamento. Sua utilização se sustenta em propagar terror social a partir da “pedagogia do medo”⁸⁹, desmontar grupos opositores, sufocar resistências e evitar a criação de mártires⁹⁰. Para a sua perpetuação, a ditadura militar fez necessário que todo o sistema de investigação, perseguição e punição operasse de maneira sistemática e disseminada, mas ainda silenciosa para que todas as engrenagens do aparato mantivessem a máquina funcionando.

Conforme anteriormente abordado, Mbembe concebe o “estado de sítio” como uma instituição militar. Tal lógica converte a gestão da vida e da morte em instrumento de governo e submete a esfera civil à racionalidade militar e, dessa forma, viabiliza uma modalidade de crime que não diferencia o inimigo externo do interno, legitimando os comandos militares a matarem sem limites definidos⁹¹. Desse modo, a vida cotidiana passa a ser militarizada sob o pretexto da preservação da ordem e o governo utiliza os dispositivos necropolíticos para instaurar o contínuo sentimento de vigilância e medo, dissolvendo as fronteiras entre vida pública e vida privada⁹² e dificultando a procura, localização e denúncia dos corpos a partir dessa disseminação do terror.

Em outro caso, a reportagem apresenta Suzana Lisboa e sua luta para encontrar o marido, Luiz Eurico Lisboa. O guerrilheiro militou pelo PCB, Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e ALN, exilou-se por um período em Cuba e retornou ao Brasil em 1971, no ano seguinte foi assassinado por agentes do Estado. Na versão dos agentes, Luiz Eurico teria cometido suicídio em uma pensão em São Paulo durante a

⁸⁸ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção e Política da Morte*. São Paulo: N-1edições, 2018. P. 42, 43.

⁸⁹ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional: Uruguai (1968–1985) – do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. P. 647.

⁹⁰ VECCHI, Roberto. “O Passado Subtraído da Desaparição Forçada: Araguaia como Palimpsesto”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 2014, n. 43. P. 137.

⁹¹ MBEMBE, Achille. *op. cit.* P. 48.

⁹² ALMEIDA, M.H.; WEIS, L. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: Schwarcz, L. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P 327.

madrugada, e, embora os residentes da pensão tenham escutado o barulho do tiro, o corpo só teria sido encontrado no dia seguinte ⁹³.

Durante a reportagem, Caco Barcellos e Suzana Lisboa visitaram a pensão e, pela primeira vez, Suzana ouviu o que de fato aconteceu com o marido. Na noite do ocorrido, policiais invadiram a pensão e assassinaram o militante a tiros, posteriormente justificando aos outros moradores que se tratava de um assaltante. Oficialmente identificado apenas em 1979 em Perus como “Nelson Bueno”, nome que utilizava na clandestinidade, Luiz Eurico é considerado o primeiro desaparecido político a ter o corpo encontrado no Brasil. A descoberta de seu corpo já era de conhecimento da família, contudo foi mantido em sigilo para possibilitar a procura e descoberta de outros militantes desaparecidos ⁹⁴. Após a descoberta da história real, Suzana processou a União e exigiu responsabilização pela morte e ocultação do corpo do marido.

É sob essa lógica na desapareição forçada que o controle da narrativa é fundamental para o funcionamento dessa tática repressiva. Nessa lógica, a ocultação dos corpos e dos arquivos que documentam essa violência, compõe uma espécie de fonte histórica racionalmente destruída e manipulada pelo Estado para garantir sua própria continuidade ⁹⁵. Ao controlar os corpos e sua ausência, a ditadura militar podia memorar ou silenciar conforme seus interesses, impedindo que a verdade viesse à tona e produzindo um silenciamento político que exemplifica como o poder soberano manipula tanto o passado quanto o presente. É sob essa ótica que o controle narrativo pode ser elucidado, visto que, ao avaliar as provas, o historiador deve estar consciente de que qualquer ponto de vista da realidade constitui uma visão seletiva, parcial e dependente das relações de força que a condicionam ⁹⁶. Assim, a ocultação dos cadáveres e, portanto, do corpo de delito, expõem uma relação de poder na difusão da narrativa, produzindo lacunas fabricadas e que exigem do historiador um trabalho indiciário atento aos rastros deixados pelo terrorismo de Estado.

Tal disputa narrativa e política entre Estado e vítimas da ditadura militar permanece mesmo após a promulgação da Lei da Anistia, em 1979 ⁹⁷, concebida como forma de “reconciliação nacional”, a lei concedeu anistia tanto aos perseguidos políticos quanto aos

⁹³ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 13min00s.

⁹⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume – III, Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: CNV, 2014. P. 1010.

⁹⁵ VECCHI, Roberto. “O Passado Subtraído da Desaparição Forçada: Araguaia como Palimpsesto”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 2014, n. 43. P. 136.

⁹⁶ GINZBURG, Carlo. “Introdução”, in *Relações de força: história, retórica, prova [2000]*. Trad. Jônatas Barreto Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 43.

⁹⁷ BRASIL. LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 15 de novembro de 2025

agentes estatais que cometeram violações de direitos humanos, bloqueando assim medidas de responsabilização e dificultando o avanço de processos judiciais no país ⁹⁸. Dessa forma, a negação e manipulação dos fatos, juntamente com a tentativa de monopolização da memória, é o pilar central desse embate, e a apropriação do passado imprime na memória coletiva uma versão específica dos acontecimentos, constituindo assim estratégia crucial dos grupos dominantes, uma vez que o controle do futuro surge pelo domínio do passado ⁹⁹.

Em diálogo com os testemunhos de Dona Iracema apresentado no subcapítulo 1.1 do presente trabalho, e de Suzana Lisboa, a necessidade de uma reparação moral do Estado não se limita à compensação material, mas sim o reconhecimento público da responsabilidade do Estado pelas violações cometidas durante a ditadura militar. Esse é um processo que reivindica a afirmação oficial da verdade histórica, restituição da dignidade das vítimas, validação do sofrimento e possibilidade de elaboração do luto após décadas de silêncio e negação. Esse movimento expõe como as mortes e desaparecimentos forçados perturbam o campo político, visto que desestabilizam as narrativas oficiais que buscam preservar a legitimidade do terrorismo de Estado cometido.

Nessa lógica, o trabalho de memória dos grupos de resistência e comissões de desaparecidos ainda disputam versões com agentes da repressão até os dias atuais. As afirmações “Vivemos em paz e no trabalho” ¹⁰⁰ de Emílio Garrastazu Médici e as esquivas de Ernesto Geisel em reconhecer as práticas de tortura são representativas no que diz respeito ao projeto de esquecimento enfrentado. Os discursos de diversos agentes da repressão focados em negar, manipular ou justificar os violentos crimes cometidos propõem uma forma de projeto institucional reconciliador voltado para o futuro, mas não sintoniza com os traumas gerados pelos crimes como expõe o historiador João Roberto Martins Filho:

A verdade parece ser que, apesar das expectativas dos militares que gostariam de esquecer o assunto, em nome de um projeto institucional voltado para o futuro, o tempo de cicatrização das feridas não pode ser estabelecido por decreto. O acerto de contas pessoal com o próprio passado é evidentemente uma questão de foro íntimo e, enquanto houver sobreviventes, o tempo da lembrança pertence a cada um. ¹⁰¹

A reparação moral configura uma forma de justiça simbólica ao transformar a dor privada em responsabilidade coletiva, assim reinscrevendo os mortos e desaparecidos no

⁹⁸ PANISSET, Vinicius. Caronte Ocioso: ensaio sobre mortos e desaparecidos políticos. Epígrafe, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 1, 2024. P. 206.

⁹⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. P. 101, 102.

¹⁰⁰ VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 32min. 17min01s.

¹⁰¹ MARTINS FILHO, João Roberto. 2002. A guerra da memória: a ditadura militar no depoimento de militantes e militares. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28. P. 197, 198.

espaço público da memória nacional e evidenciando que a violência de Estado permanece ativa enquanto o passado é negado, ocultado ou relativizado. As versões fictícias de atropelamentos, tiroteios e fugas como relatadas por Suzana Lisboa, Ivan Seixas, também observadas anteriormente nos relatos de Egle Vannuchi e Gilberto Molina, são exemplos de um embate que perdura décadas após o fim da ditadura.

Lembrar e esquecer não configuram atos neutros, operando assim como uma forma de violência capaz de redefinir o lugar social das vítimas do período autoritário. Nesse processo, a danação da memória ¹⁰², eliminação dos corpos e de seus referenciais simbólicos produzem lacunas calculadas e dificultam a reconstrução histórica. Ao interditar a punição dos perpetradores e impor o “perdão legal”, a postura conciliante prolongou a dor dos familiares, perpetuou a violência política e implicou a supressão do direito à verdade, memória e justiça, ampliando no presente as marcas do trauma.

Embora uma parcela dos casos apresentados aqui contenha o momento em que a família identifica, exuma e sepulta o corpo em suas condições desejadas, a violência cometida pela ditadura militar não é necessariamente finalizada. A relação de poder entre a ditadura e a população civil ocorre a partir da luta pelo controle narrativo tanto pelas mentiras dos militares quanto pela luta da verdade dos familiares. A ausência de respostas não representa uma mera lacuna típica, e constantemente encontrada em qualquer objeto de estudo na História, mas sim como indício de uma falta. Nesse sentido, a ausência dos corpos e o terrorismo de Estado são objetos de debate na ordem do discurso entre militares e vítimas mesmo após o fim do autoritarismo.

O seguimento de sequestro, prisão, assassinato e ocultação de cadáver ordenam a perturbação política a partir do sufocamento dos direitos civis dos cidadãos. Nessa perspectiva, essas prerrogativas jurídicas sofreram claro desmonte no início dos anos de chumbo, especialmente com o AI-5 e a institucionalização da pena de morte com o AI-14 ¹⁰³, contudo o sistema de repressão ainda se sustentava por meio da ilegalidade. Localidades clandestinas de tortura, assassinatos, esquartejamento de cadáveres e a ocultação dos corpos foram modalidades recorrentes por parte da ditadura, representando assim a perturbação

¹⁰² A *damnatio memoriae* constituía no direito romano como forma de punição que visava apagar da história a memória de determinadas figuras públicas, suprimindo seus nomes, imagens e vestígios materiais. Sobre a utilização desse conceito para pensar a violência de Estado e o apagamento dos desaparecidos políticos no Brasil contemporâneo ver: VECCHI, Roberto. “O Passado Subtraído da Desaparição Forçada: Araguaia como Palimpsesto”. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, 2014, n. 43, p. 136.

¹⁰³ BRASIL. Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-14-69.htm. Acesso em: 16 nov. 2025.

política da morte a partir da supressão dos direitos, da vida e condenação da memória mediante a manipulação dos fatos ocorridos.

2.2 *A falta como insurgência*

Na dimensão cultural, a experiência das desapareições forçadas gerou um rompimento do rito de passagem e experiência processual do morrer. Em outro plano, a perturbação política surge a partir da ocultação orquestrada pelo Estado e sustentada pela manipulação da narrativa, apagamento das identidades e, sobretudo, necropolítica. Nesse sentido, ambos os dispositivos convergem em uma produção de ausência não acidental que ultrapassa o plano privado, inaugurando assim uma fratura coletiva na sociedade. Assim, o diálogo entre a perturbação cultural e política relacionada à morte, sua ocultação e negação, inscreve a tática de repressão em uma dimensão que reconfigura o coletivo a partir do trauma e, posteriormente, culmina nos movimentos de memória e grupos de resistência.

A ausência dos corpos e consciência da violência da repressão extrapola o âmbito individual da perda, e, dessa forma, também se configura como um agente histórico. Episódios como a descoberta da vala de Perus ampliam o ocorrido em si a partir das dificuldades encontradas em localizar e sepultar os desaparecidos, inscrevendo os guerrilheiros no “não-lugar” e interferindo nos códigos simbólicos circunscritos na experiência do morrer. Assim, a perturbação social é convertida em demandas no que diz respeito aos efeitos acumulativos e necessidade de localizar, nomear, identificar, responsabilizar e narrar a desapareição.

É sob essa lógica que os desaparecimentos forçados configuram o sentido de trauma coletivo. Nesse ponto, é fulcral definir trauma como uma memória do passado que não se expira, sendo um fator psicanalítico delimitado em sua própria linearidade no tempo e memória ¹⁰⁴. Não é incomum que vítimas de trauma, especialmente em panoramas violentos, utilizem de sua vivência individual para se agrupar em busca do compartilhamento de experiências e exposição dos fatos, afetos e condições que nascem da desconformidade e separação com o comum. Assim, o trauma não se configura como mera condição psicológica, mas sim uma categoria social, política e ética, exigindo formas mais críticas de se compreender em um contexto cultural ¹⁰⁵. Nesse ponto, o trauma opera como uma vivência coletiva no sentido de sua fragmentação, especialmente a partir da lógica de que não existem

¹⁰⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008. P. 69.

¹⁰⁵ LACAPRA, 2001, *apud*, ROSA, 2018. P. 294.

memórias individuais sem experiência coletiva, e não existem memórias coletivas sem participações individuais ¹⁰⁶.

Os pontos de inumanidade encontrados nos relatos em *Vala Comum* e reportagem do *Globo Repórter*, embora individuais, apresentam convergências na própria ideia do discurso e sentimento observado nas falas. Em diálogo com o controle da narrativa, possibilidade de elaboração do luto e perturbações sociais aqui tratadas, Gertrud Mayr relata indignada o tratamento da morte do filho como mera “fatalidade”, reiterando que enxerga como uma “monstruosidade” ¹⁰⁷. Nesse mesmo sentido, Suzana Lisboa descreve a experiência de identificar o marido e expõe a partir do projeto de medo geral imposto pela ditadura militar seu incômodo durante os anos de repressão:

O fim de um caminho, ou o início de um caminho. O fim de um caminho no sentido de terminar com a dúvida. Por mais que eu tivesse a certeza absoluta que o Luiz Eurico [...] tinha sido preso e tinha sido morto pelos órgãos de repressão, é muito diferente a relação que você tem a nível da emoção. Nessa época de pesquisa eu olhava as pessoas e [...] cada vez que a pessoa sorria eu imaginava uma caveira e ficava imaginando se conseguiria reconhecê-la morta. Você tem que recompor a figura da pessoa em cima daquela caveira ¹⁰⁸.

Em diálogo com essa resposta psicológica, os testemunhos são um fator chave para a elaboração e compreensão do trauma de maneira individual e coletiva, possibilitando uma forma de se reconectar com a sociedade ¹⁰⁹. Embora os depoimentos analisados no presente trabalho não se originem das vítimas diretas do desaparecimento, é dessa forma que surge o rompimento social aqui observado. A ferida dos familiares é uma resposta de ressentimento à violência sofrida por seus entes por parte do ator-Estado e os afetando como ator-família. À vista disso, a historiadora Mônica Grin aborda o ressentimento como um objeto de suma importância para debates no campo acadêmico e social, especialmente nos casos de violência. A possibilidade do embate entre a História e o testemunho em nome do passado, nesse caso com o ressentimento, é um forte indicador de um passado que não foi superado, feridas que não foram cicatrizadas e histórias que não são facilmente engolidas pelo esquecimento ¹¹⁰.

Os testemunhos dos familiares são resposta direta ao negacionismo que acompanha o terror de Estado após políticas de morte e suas radicalizações, como as desapareições. Eliminar o inimigo por completo cria obstáculos para que as narrativas e testemunhos contra o terror

¹⁰⁶ ROSA, Johnny Roberto. Trauma, história e luto: a perlaboração da violência. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 289–327, 2018. P. 294.

¹⁰⁷ VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 32min. 19min28s.

¹⁰⁸ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 12min20s.

¹⁰⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008. P. 66.

¹¹⁰ GRIN, Mônica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. P. 139.

não ganhem forma ¹¹¹, tornando o ressentimento dos parentes um instrumento que expõe o delito em escala de realidade para o perpetrador. Assim, pressionar as vítimas ao esquecimento é uma tentativa de extramoralidade que se transforma em imoralidade ¹¹².

A contribuição de Mbembe aqui é fulcral para compreender essas ausências causadas pela ditadura militar brasileira e a transcendência do trauma privado para a perturbação social. Nesse sentido, o necropoder não opera somente em determinar quem pode e deve morrer, mas ao produzir os mundos de morte ¹¹³ e interditando a condição humana dos corpos. Assim, o desaparecido é um corpo administrado pelo poder soberano, operando na lógica liminar do “não-lugar” e desestruturando o campo cultural e político. Dessa forma, a necropolítica é objetiva em não limitar a morte a um processo biológico, mas também em seu significado social ao romper com a rede de processamento da morte e desmontando o direito à vida, assim ferindo famílias e instituições, convergindo a um problema que reajusta e fere toda a sociedade e mantém um espaço social de medo e memórias de dor ¹¹⁴.

Tratado no subcapítulo 1.1, João Luiz Moraes e Cléa Moraes, pais da guerrilheira Sônia Maria de Moraes Angel Jones, abordam sua resposta à violência sofrida pela filha para além da justiça e paz individual. Durante a reportagem, os pais de Sônia são apresentados como integrantes do Grupo Tortura Nunca Mais, criado em 1985 como forma de memória e denúncia aos crimes cometidos pela ditadura militar brasileira. Eles apresentam a um grupo de crianças o projeto do “Monumento Tortura Nunca Mais”, criado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, ao passo que Cléa Moraes relata: “Antes a gente procurava só saber da Sônia. A partir do trabalho do Tortura mudou muita coisa na minha vida, porque a Sônia agora está entre todos os mortos e desaparecidos e a gente quer apurar [...] a verdade sobre todos eles”¹¹⁵.

O trabalho da família Moraes e do Grupo Tortura Nunca Mais integra uma gama de movimentos coletivos em busca da verdade, justiça e memória. Nesse ponto, outros parentes de vítimas, como Suzana Lisboa e Ivan Seixas, filho da vítima Joaquim Seixas, também se organizam em grupos distintos, como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. No início da década de 1990, a busca pelo esclarecimento dos desaparecidos e mortos foi intensificada com a luta conjunta dessas e outras entidades defensoras dos direitos

¹¹¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *op.cit.* P. 75.

¹¹² AMÉRY, 1987, *apud* GRIN, 2012. P. 139,140.

¹¹³ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção e Política da Morte*. São Paulo: N-1edições, 2018. P. 71.

¹¹⁴ *Ibidem*. P. 69.

¹¹⁵ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. Programa de TV. 17min00s.

humanos, o ponto central era criar um projeto de lei que contemplasse as demandas dos parentes ¹¹⁶. Nesse ponto, e como consequência do trauma individual, o trauma coletivo surge a partir dessas lutas. Dessa forma, esse trauma não contempla todo o tecido social sob a lógica de que todos sofreram em mesma escala, mas a partir da transformação das percepções do evento violento por parte da população.

Como trabalho do trauma, essas ações buscam reintegrar o fato ocorrido a uma narrativa para que essa experiência possa ganhar sentido, incorporando-a no fluxo dos acontecimentos. Nesse sentido, esse trabalho é fundamental para que não ocorra a prolongação incessante da dor provinda da negação do direito à verdade e justiça que impossibilitou julgamentos e punições ¹¹⁷. A criação da Lei nº 9.140, em dezembro de 1990, representa uma primária vitória coletiva, visto que o Estado brasileiro reconheceu, em primeiro momento, 136 pessoas desaparecidas, possibilitando o requerimento do registro do atestado de óbito ¹¹⁸. Assim, mesmo com a imposição de um perdão legal com a Lei da Anistia e a busca de uma reconciliação, a busca de outros familiares e denúncia de outras vítimas da repressão resultou no crescimento desse número ao longo das décadas.

Durante a reportagem, o caso do deputado Rubens Paiva também é apresentado. Líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi um dos primeiros políticos cassados no país em 1964. Desaparecido desde 1971, a luta da família é uma das mais emblemáticas no que diz respeito à oficialização de sua morte. Eunice Paiva, esposa do político, relata o profundo dano psicológico da perda e desafia o significado da indenização aos familiares dos mortos e desaparecidos. Nesse ponto, ela relata que a indenização se faz de acordo com o dano causado, não havendo possibilidade de estabelecer uma coisa genérica dessa maneira, mas ainda é o início de uma política de justiça e o fim de um capítulo de sua vida ¹¹⁹.

Mesmo sob a perspectiva de terceiros, os testemunhos dos familiares são de extrema representatividade documental da cultura e da barbárie ¹²⁰. É a dor imposta que os colocou na linha de frente em busca pela verdade e justiça juntamente com as vítimas. Marcos Napolitano discorre sobre como o fim das ditaduras acompanham uma ausência de responsabilidade, assim, a sociedade, mesmo que conivente, se coloca inteira como vítima, e militares se

¹¹⁶ BAUER, Caroline Silveira. “Um Lugar de Memória no Esquecimento: o Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos em Porto Alegre”, *Revista Memória em Rede*, v. 7, n. 13, 2015. P. 62.

¹¹⁷ RAMOS, Maria Vilar Ramalho. *Mortes roubadas: o luto dos familiares de desaparecidos políticos no Brasil*. 2017. 182 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. P. 29.

¹¹⁸ BAUER, Caroline Silveira. *op.cit.* P. 62.

¹¹⁹ GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 46min56s.

¹²⁰ BENJAMIN, 1974, *apud* SELIGMANN-SILVA, 2008. P. 74.

colocam como refém das circunstâncias, gerando um trauma histórico pautado na dificuldade em construir a verdade histórica a partir da dissidência de depoimentos de todas as camadas sociais ¹²¹.

Contudo, é a partir dos relatos e exposição de casos como a vala de Perus que a consciência social ganha forma, mesmo que de forma primária. O processo de transição do Brasil foi profundamente marcado pela presença dos militares em sua tutela, neutralizando uma grande parte das demandas por justiça da esquerda e debate conciso do evento ¹²², fato observado na própria transferência da reportagem do *Globo Repórter* em 1990 para o ano de 1995 como medida conciliadora.

Durante os anos de chumbo, parte da sociedade poderia desconhecer ou ter a incerteza sobre os desaparecimentos, mas essa tática de repressão não foi absolutamente ocultada do conhecimento público, especialmente a partir da lógica de que é uma ferramenta de repressão e difusão do terror ¹²³. O estatuto do desaparecido se dá enquanto o crime permanente estiver em voga, isto é, enquanto seu corpo não for devidamente localizado e identificado, ou, a partir da Lei 9.140, como sinônimo o termo de morto oficial para quem teve o reconhecimento público de seu assassinato por parte dos órgãos de repressão ¹²⁴.

A descoberta da vala clandestina no Cemitério Dom Bosco não se delimita a uma catástrofe no bairro de Perus ou cidade de São Paulo. As 1049 ossadas são uma denúncia direta de um período de repressão que utilizou as ferramentas mais torpes para silenciar as oposições e grupos marginalizados no país. Sob a lógica da necropolítica de Mbembe, a tentativa de apagamento e silenciamento dessas identidades é a representação direta da ideia debatida pelo camaronês, implicando no desaparecimento forçado e mortes de centenas de cidadãos que lutavam pela liberdade política da população e retomada do Estado democrático de direito. Assim, o trauma coletivo emerge dessa suspensão do rito cultural e sufocamento dos direitos políticos, resultando categoricamente em feridas e transformações sociais no pós-ditadura a partir da negação dos fatos e desapareição dos corpos, criando lacunas que, por meio da historiografia, se entendem como a constante presença de algo que falta.

Se os cemitérios por si correspondem a um espaço de memória, em Perus esse espaço ganha diversas camadas em sua representação histórica, cultural, política e social. Embora

¹²¹ NAPOLITANO, Marcos. *1964 - História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. P. 385.

¹²² NAPOLITANO, Marcos. *1964 - História do regime militar brasileiro*. Op. Cit. p. 386.

¹²³ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional: Uruguai (1968–1985) – do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. P. 647.

¹²⁴ *Ibidem*. 646, 647.

muitos casos de desaparecimento e assassinatos tenham sido consumados, o trabalho de resistência e memória buscam instruir e orientar a população a refletir sobre os traumas, apagamentos e negacionismo dos agentes da repressão em relação a esse evento. Atualmente, a entrada do Cemitério Dom Bosco conta com a placa “Colina dos Mártires - Neste cemitério o regime militar ocultou cadáveres de desaparecidos políticos”¹²⁵, indicando um primeiro ponto para memorar o que ali foi descoberto em setembro de 1990. Nessa mesma perspectiva, no lugar onde a vala se localizava hoje existe um muro assinado por Luiza Erundina, então prefeita da cidade, e a Comissão de Familiares de Presos Políticos Desaparecidos:

Aqui, os ditadores tentaram esconder os desaparecidos políticos, as vítimas da fome, da violência do Estado policial, dos esquadrões da morte e, sobretudo, os direitos dos cidadãos pobres da cidade de São Paulo. Fica registrado que os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos¹²⁶.

¹²⁵ VANNUCHI, Camilo. *Vala de Perus, uma biografia: como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura*. Alameda Casa Editorial, 2021. P. 39.

¹²⁶ VANNUCHI, Camilo. *Vala de Perus, uma biografia: como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura*. Op. Cit..p.63

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como a desapareição forçada praticada pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar, em especial durante os anos de chumbo, produziu uma profunda perturbação na esfera cultural, política e social da morte. A partir da análise dos testemunhos e narrativas dispostas no documentário *Vala Comum* e episódio do *Globo Repórter*, foi possível identificar que o terrorismo de Estado no Brasil não se limitou a perseguir e executar opositores, mas sim reorganizou simbolicamente a morte. Assim, a vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, não se configura como mero local de memória comum ou ocultação de corpos, e sim como uma representação das multicamadas de violência que se fragmentaram do plano físico e biológico, reincidindo sobre as instituições, memória e subjetividade.

Sob a luz do conceito de necropolítica de Mbembe e autores relacionados à História da Morte, a desapareição forçada opera como ferramenta que conduz a repressão física e simbólica. Nesse sentido, a prática repressiva fere um dos dispositivos culturais mais fundamentais para a continuidade social, o rito funerário. Dessa forma, a percepção do tempo, corpo, família e memória são desestruturadas a partir do fim dos direitos políticos e direito à vida dos cidadãos, culminando em uma ferida social profunda.

Dessa forma, o primeiro capítulo apresentou a descoberta da Vala de Perus, em 1990, e expôs ao grande público o alcance do sistema repressivo. As 1049 ossadas distribuídas em sacos azuis ao longo de 30 metros revelam o aparato institucional de órgãos, sendo de repressão ou não, em deliberadamente produzir um estado liminar dos mortos. Assim, a morte, desapareição, manipulação de atestados de óbito e ocultação dos cadáveres ferem a própria rede de processamento do morrer e sua estrutura que organiza a sociedade e o espaço dos vivos e dos mortos no cotidiano.

Mesmo com a recuperação e identificação de alguns corpos, a procura das vítimas demonstra como a morte deixou de operar nos termos reconhecidos pelos atores sociais tradicionais. Em contrapartida, O ator-Estado surge como a agente central na produção da instabilidade caracterizada como perda da segurança ontológica¹²⁷. Deste modo, ao negar a mediação ritual para as famílias, o Estado deslocou a morte para um território de incerteza contínua e suspensão do luto dos familiares de desaparecidos.

No que tange os depoimentos prestados, os familiares que recuperaram os corpos relatam sentimentos de alívio e revelam um luto que só pôde ser elaborado a partir da

¹²⁷ GIDDENS, 2002, *apud* MATTEDI; PEREIRA, 2018. P. 35.

localização e identificação. Em contrapartida, os familiares cujos corpos não foram localizados relatam a angústia, cansaço e desesperança, mostrando como essa ausência evidencia a perturbação cultural da morte e impede a transição simbólica entre a vida e a morte, tal como a compreensão geral de que aquela pessoa não está mais presente e sua prolongação no tempo.

O segundo capítulo se aprofundou nas consequências políticas e sociais da desapareição. Nessa perspectiva, há o sentido de uma ausência que causa litígios entre os parentes das vítimas e as instituições, articulando a noção de necropolítica como caráter estratégico para a perpetuação da ditadura. Em outro ponto, esse embate surge a partir da luta coletiva para estabelecer movimentos de memória e justiça no que tange as mortes e desapareições.

Em vista disso, desaparecer com um corpo é a radicalização do aparato da repressão. Os depoimentos mostram como o Estado manipulava versões oficiais das mortes dos militantes, em busca de reconfigurar seu sentido histórico e político, e desmontava movimentos sociais ao passo que se privava das responsabilizações. As farsas das narrativas surgem aqui como uma forma de controle do poder, tornando os corpos como fontes documentais destruídas, impendido assim que a verdade histórica se desdobrasse plenamente. Nessa lógica, essas desapareições funcionavam objetivamente como forma de controle a partir do cessar dos direitos políticos e impedimento da vida dos opositores.

A contradição entre a narrativa fictícia e propaganda levadas pela ditadura, tal como os depoimentos de parentes de vítima com as imagens da repressão são centrais. O ufanismo e discursos de ordem, paz e união encobriam a brutal violência ocorrida nas ruas e órgãos de repressão e, dessa forma, manipulando o imaginário coletivo ao passo que buscava condenar a identidade dos opositores.

Como forma de insurgência social, as famílias e grupos de resistência buscaram rebater o negacionismo e apagamento do Estado a partir da memória. Assim, o rompimento político e cultural culmina em uma fratura em todo o tecido social, visto que, com as consequências geradas pela desapareição forçada, o trauma individual das famílias se reinscreve como coletivo a partir de sua capacidade e organização em apresentar, narrar e rememorar constantemente os fatos. Nesse sentido, a violência é produzida estruturalmente pelo Estado para afetar diretamente e indiretamente toda a população, e, como consequência, rompeu com práticas culturais e interferiu na narrativa política por anos, criando assim feridas históricas ainda presentes. Os grupos de resistência formam o papel central para a denúncia

pública e reformulação de políticas de memória pelo próprio Estado. Assim, Perus representa um local de litígio contínuo a partir da tentativa de esquecimento e os movimentos de memória pós-abertura política.

Na perspectiva da História da Morte e da necropolítica, assassinatos e desaparecimentos produzem um tipo de sofrimento fundamentado na impossibilidade do luto, ou luto suspenso, prolongando-se ao longo do tempo e por gerações. Portanto, essa violência se tipifica como fragmentada ao ultrapassar a esfera privada ao negar os rituais, os corpos, as memórias, e direitos.

É nessa lógica que a vala de Perus pode ser compreendida a partir dos testemunhos realizados logo após a abertura política. Nesse ponto, reconhecer os mortos e responsabilizar os perpetradores da violência traz uma perspectiva crucial para a instalação do novo Estado democrático e um futuro comprometido com a memória, justiça e verdade histórica. Nesse ponto, e mesmo com décadas após o fim da repressão, os efeitos da necropolítica ainda permanecem em voga, especialmente a partir dos ainda casos de desaparecidos, a não responsabilização institucionalizada em 1979 e o constante negacionismo histórico observado em movimentos de extrema-direita no Brasil.

Para além de uma investigação da relevância das práticas funerárias e seu bem-estar com a sociedade, o presente trabalho procurou demonstrar que a morte, quando orquestrada pelo Estado, torna-se uma arma capaz de desmembrar uma população em larga escala para perpetuar o poder da soberania. Dessa forma, o episódio é uma representação de como a sociedade brasileira lida com seus mortos e a violência imposta, tornado necessário o reconhecimento dessa realidade para que o luto coletivo, dos corpos e brutalidade perpetrada, possa encontrar a consumação e mediação do evento traumático.

REFERÊNCIAS

FONTES

GLOBO REPÓRTER. *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1995. 49min.

VALA COMUM. João Godoy. São Paulo: Kawy Produções, 1994. 32min

BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. P.155-202.

ALMEIDA, Maria Hermínia; WEIS, Luis. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 320-349

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)*. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARIÉS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias*. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. 15. ed. São Paulo: Globo, 1992.

BAUER, Caroline Silveira. “Um Lugar de Memória no Esquecimento: o Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos em Porto Alegre”, *Revista Memória em Rede*, v. 7, n. 13, p. 58-68, 2015. doi: 10.15210/rmr.v7i13.6305

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

_____. Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-14-69.htm. Acesso em: 16 nov. 2025.

_____. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Volume – I. Brasília: CNV, 2014

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume II: Textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume III: Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, 2014.

_____. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.

_____. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em: 21 de outubro de 2025

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (orgs.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro pela Anistia – RJ/Opção, 1979.

CATROGA, Fernando. “Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos”, *Mimesis*, Barú, v. 23, n. 2, pp. 12-47, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

COIMBRA, Cecília; BRASIL, Vera Vital. Exumando, identificando os mortos e desaparecidos políticos: uma contribuição do GTNM-RJ para o resgate da memória. In: MOURÃO, Janne Calhau (org.). *Clínica e política: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquare; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; IEVE; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia 1917 [1915]”; “Considerações atuais sobre a guerra e a morte (1915)”. In: *Obras Completas, Volume 12: Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GINZBURG, Carlo. Introdução. In: —. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Barreto Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRIN, Mônica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

HISTÓRIA ALTERNATIVA. Necropolítica, por Achille Mbembe. Locução: Júlia Borges. Podcast. Spotify, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3FFYpX0iYQbHwYOWY9lk?si=e5d7da6e31a24826>. Acesso em: 1 nov. 2025.

KELLEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2016.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar no depoimento de militantes e militares. *Varia História*, n. 28, 2002.

MATTEDI, Marcos Antonio; PEREIRA, Ana Paula. Vivendo com a morte: o processamento do morrer na sociedade moderna. *Caderno CRH*, v. 20, p. 319–330, 2007.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção e política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Isaac Abramovitch. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/isaac-abramovitch/>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. Ivan Seixas. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/ivan-seixas/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. “A História depois do papel.” In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005. P. 235-289.

_____. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional: Uruguai (1968–1985) – do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PANISSET, Vinicius. Caronte ocioso: ensaio sobre mortos e desaparecidos políticos. *Epígrafe*, v. 13, n. 1, 2024. p. 206.

RAMOS, Maria Vilar Ramalho. *Mortes roubadas: o luto dos familiares de desaparecidos políticos no Brasil*. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. In: ____ (org.). *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. P. 101-106

RIBEIRO DA SILVA, Tairane. Apontamentos sobre o apagamento da população negra no relatório da Comissão Nacional da Verdade - 2014 . Em *Tempo de Histórias*, [S. l.], v. 1, n. 36, 2020. DOI: 10.26512/emtempos.v1i36.31751. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31751>. Acesso em: 15 nov. 2025.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ROSA, Johnny Roberto. Trauma, história e luto: a perlaboração da violência. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 289–327, 2018. DOI: 10.5965/2175180310252018289. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018289>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2025.

VANNUCHI, Camilo. *Vala de Perus: uma biografia – como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura*. São Paulo: Alameda, 2021.

VECCHI, Roberto. O passado subtraído da desapareção forçada:: Araguaia como palimpsesto. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 43, p. 133–149, 2018.

DOI: 10.1590/S2316-40182014000100008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9950>. Acesso em: 19 nov. 2025.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Marcelo Melo Ferreira Amaral, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “A Colina dos Mártires: A Vala de Perus e a perturbação cultural, política e social da morte” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Assinatura do (a) estudante

Data